CONJUNTURA DA CONSTRUÇÃO

Ano XIII | nº 3 | SETEMBRO 2015



BALANÇO E PERSPECTIVAS DA INFRAESTRUTURA

Tânia Rêgo/Agência Brasil

ANÁLISE SETORIAL DA **PRODUTIVIDADE DO TRABALHO**

O PARADIGMA DA **SUSTENTABILIDADE** E SEUS DESAFIOS

ALTERNATIVAS PARA O **FINANCIAMENTO HABITACIONAL** E URBANO

AUMENTO DO **DESEMPREGO** E CRESCIMENTO DO **PESSIMISMO**

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE
Instituto Brasileiro de Economia

SindusCon SP
o Sindicato da Construção

NESTA EDIÇÃO

4 **PERSPECTIVAS**
BALANÇO E PERSPECTIVAS PARA A INFRAESTRUTURA

9 **ESTUDO**
UMA ANÁLISE SETORIAL DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NO BRASIL

12 **SUSTENTABILIDADE**
UM NOVO PARADIGMA PARA O SETOR

15 **PLANEJAMENTO**
ALTERNATIVAS PARA O FINANCIAMENTO HABITACIONAL E O DESENVOLVIMENTO URBANO

19 **CONJUNTURA**
PESSIMISMO CRESCE

A Conjuntura da Construção está disponível para download nos sites:
www.construdata.com.br
www.sindusconsp.com.br

CONJUNTURA DA CONSTRUÇÃO

Conjuntura da Construção é uma publicação trimestral conjunta do **SindusCon-SP** e da **FGV**. É permitida a reprodução total ou parcial da publicação.
Vice-presidente de Economia do SindusCon-SP: Eduardo May Zaidan
Editores: Ana Maria Castelo e Edney Cielici Dias (executivo)
Colaboraram nesta edição: Denise Inoue, Laurent Broering, Flávia Souza Teles, Robson Gonçalves, Sérgio Camara Bandeira
Produção Gráfica: Lucia Paiva
Ilustração da capa e infográficos: Mario Kanno
Fotos: Thinkstock
Jornalista Responsável: Rafael Marko. MTE 12522
Publicidade: Ana Maria Castelo, Tel.: (11) 3799 2371, Fax: (11) 3799 2375, **e-mail:** ana.castelo@fgv.br. Av Paulista 548 - 6º andar, São Paulo - SP, 01310-000, Tel.: (11) 3799 2371 / 2356

SindusCon SP Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo

Presidente: José Romeu Ferraz Neto
Vice-presidentes: Eduardo Carlos Rodrigues Nogueira, Eduardo May Zaidan, Francisco Antunes de Vasconcellos Neto, Haruo Ishikawa, Jorge Batlouni, Luiz Antônio Messias, Luiz Claudio Minnitti Amoroso, Maristela Alves Lima Honda, Maurício Linn Bianchi, Odair Garcia Senra, Paulo Rogério Luongo Sanchez, Roberto José Falcão Bauer, Ronaldo Cury de Capua
Representantes junto à Fiesp: Eduardo Ribeiro Capobianco, Sergio Porto,Cristiano Goldstein, João Claudio Robusti
Diretores Regionais: Elias Stefan Junior (Sorocaba), Fernando Paoliello Junqueira (Ribeirão Preto), Germano Hernandes Filho (São José do Rio Preto), Márcio Benvenutti (Campinas), Mario Cézar de Barros (São José dos Campos), Paulo Edmundo Perego (Presidente Prudente), Ricardo Aragão Rocha Faria (Bauru) Ricardo Beschizza (Santos), Sergio Ferreira dos Santos (Santo André)
SindusCon-SP: Rua Dona Veridiana 55, São Paulo - SP, 01238-010, **Tel.:**(11) 3334 5642, Fax: (11) 3224 0566 R. 306, www.sindusconsp.com.br

FGV IBRE
Instituto Brasileiro de Economia
Diretoria: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Vice-Diretoria: Vagner Laerte Ardeo
Superintendência de Clientes Institucionais: Rodrigo de Moura Teixeira
Superintendência de Produção de Bens Públicos: Vagner Laerte Ardeo
Superintendência de Estudos Econômicos: Marcio Lago Couto
Superintendência de Planejamento e Organização: Vasco Medina Coeli
Controladoria: Regina Célia Reis de Oliveira

FGV
Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 3799 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes.
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal.
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella.
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal.
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella.
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr.,Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto.
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis , Ary Oswaldo Mattos Filho, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Carlos Moacyr Gomes de Almeida , Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Tarso Genro (Estado do Rio Grande do Sul), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Tomas Brizola (Banco BBM S.A).
Suplentes: Aldo Floris, Emerson Furtado Lima (Brookfield Brasil LTDA), Luiz Roberto Nascimento Silva, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victorio Carlos de Marchi.

Medidas necessárias e ajuste incerto

Rumo ao encerramento de 2015, as sinalizações necessárias para a reversão de expectativas não foram tomadas. A Sondagem da Construção registra o vale mais profundo desde seu início em 1999 e o desemprego setorial vem acumulando saldos crescentes. É como se o país titubeasse em frente a um abismo, incapaz de tomar a decisão correta. O nó político tudo impossibilita e apaga a esperança do horizonte dos brasileiros.

O roteiro básico de saída da crise não é desconhecido, muito pelo contrário. É necessário estancar a sangria de gastos que vem minando a sustentabilidade fiscal brasileira e, paralelamente, desobstruir e pavimentar as vias do investimento, o que passa pela retomada sustentável da indústria, da infraestrutura, da habitação. Para isso, é necessário desatar o nó político, o nó da imobilidade, o nó da desesperança.

Esta edição traz subsídios para as visões de futuro, reflexões para o país que precisa trabalhar, gerar renda e emprego e, assim, melhorar a qualidade de vida de sua população. É o país que tem como desafio os investimentos em infraestrutura, cujos níveis se encontram muito abaixo do desejável. É o país que possui problemas habitacionais e urbanos que asfixiam suas cidades. É o país em que se desenham novos paradigmas de sustentabilidade, de eficiência e de produtividade – desafios a esperar respostas firmes e comprometidas da sociedade.

Por acreditar que estas questões não podem ser colocadas em segundo plano é que esta revista mantém vivo o debate de alternativas, tendo convicção na defesa do futuro do Brasil. O momento requer coragem e decisão.

Boa leitura.

Frase



"Não foi o mundo que nos obrigou a ter 39 ministérios, 35 mil cargos em comissão, a fazer investimentos além do que era possível, o imprudente inchamento do Estado. O Brasil viveu dez anos mágicos. Agora, a realidade de novo se encontrou conosco. Mas dizer que a crise brasileira é devida à situação internacional é uma distorção excessiva. A influência exterior está muito aquém de nossa responsabilidade. Quem criou esta crise, por mistura de gigantismo do Estado, gastos excessivos, corrupção, demagogia e triunfalismo, fomos nós."

Marcos Azambuja, ex-secretário geral do Itamaraty, no jornal ***Valor Econômico*** de 18 de setembro.

BALANÇO E PERSPECTIVAS PARA A INFRAESTRUTURA

Queda dramática de investimentos evidencia a necessidade de avanços institucionais e visão de prioridade estratégica para o Brasil

Cláudio Frischtak* e Katharina Davies**

O país necessita de uma revolução em infraestrutura, mas o Estado simplesmente não tem a capacidade e os meios de levá-la adiante. O setor privado será o elemento estruturante dessa revolução.

Há o reconhecimento de que o investimento em infraestrutura necessita ser uma política de Estado – uma política inteligente, estabelecendo as obrigações estatais no âmbito do planejamento e regulação, mas com suas limitações no plano do financiamento e da execução. A política desenhada para mobilizar o potencial de contribuição do setor privado, por sua vez, deve ocorrer sem subsídios ou artificialismos. De fato, o envolvimento do setor privado se tornou imprescindível não somente por conta das restrições fiscais de natureza conjuntural. Razão mais importante é o filtro que a iniciativa privada estabelece quanto à qualidade dos projetos, a eficiência na execução e os serviços resultantes.

Nessa perspectiva, é essencial um maior envolvimento dos bancos privados e mercados de capitais no financiamento dos projetos. Pois quando são empresas privadas a propor os projetos, contratar as obras, equipamentos e serviços, e quando essas empresas têm seus recursos direta ou indiretamente expostos ao risco do projeto e de sua execução, o interesse público tende a ser mais bem atendido. Ao Estado cabe assegurar que os projetos obedeçam a uma lógica de planejamento e que sejam regulados e fiscalizados por agências de fato independentes, e não como apêndices do executivo.

Ao Estado cabe assegurar que os projetos obedeçam a uma lógica de planejamento e que sejam regulados e fiscalizados por agências de fato independentes.

Balanço geral

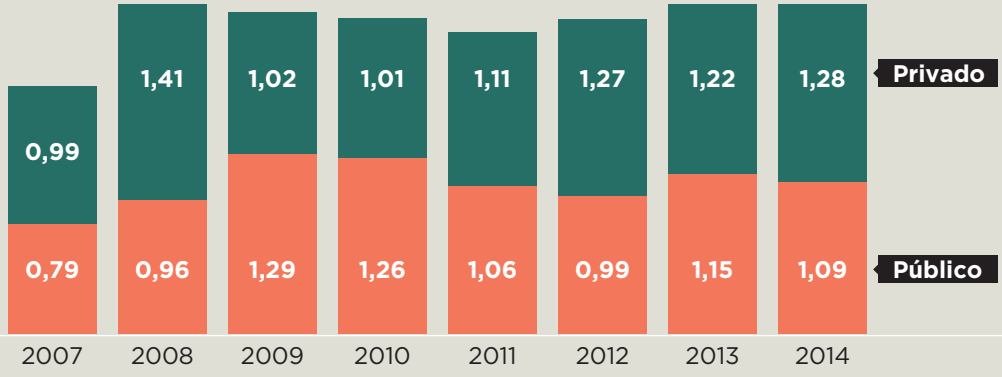
O Brasil investiu no ano passado 2,37% do PIB em infraestrutura, o mesmo que o ano anterior – apenas as telecomunicações apresentam ganhos reais e como proporção do PIB e nos demais setores houve retrocesso. Deveríamos investir 3% do PIB apenas para compensar a depreciação do capital fixo per capita e para sustentar um crescimento entre 4% e 5% a.a. – hoje acima do nosso potencial, mas alcançável com reformas na economia – os investimentos em infraestrutura deveriam ser da ordem de 6% do PIB. Ademais, a modernização da nossa infraestrutura irá requerer um esforço dessa ordem de magnitude por cerca de duas décadas, tal qual se realizou nas economias asiáticas, no sul da Europa e se vem fazendo no Chile e, mais recentemente, no Peru.

As projeções da Inter.B sugerem uma contração em todos os segmentos em 2015, mais concentrada em transportes rodoviários e aeroviários. Projetamos para este ano que os investimentos deverão cair para 1,79% do PIB (com base numa expansão nominal de 6,9%, sendo o crescimento real projetado de -1,6%). Reverter esse quadro e ampliar os investimentos de forma sustentável é o grande desafio.

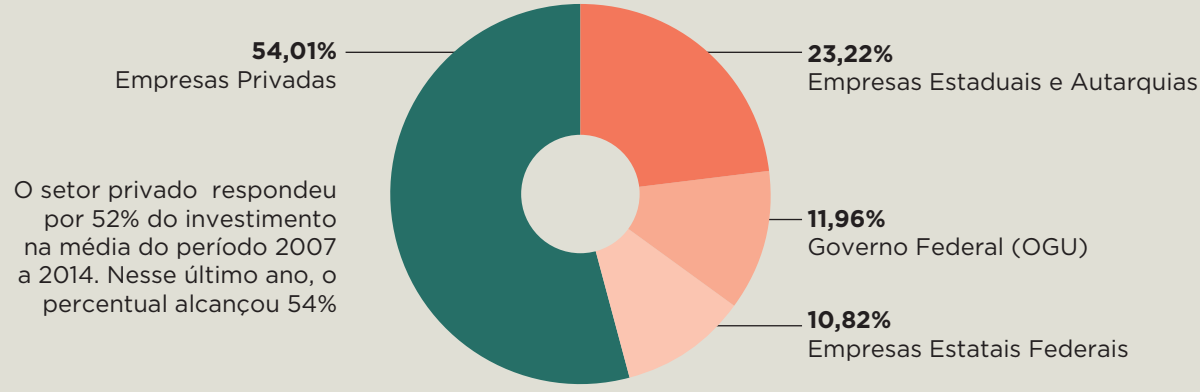
Não apenas há necessidade de ampliar os investimentos, mas tam-

O PERFIL DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

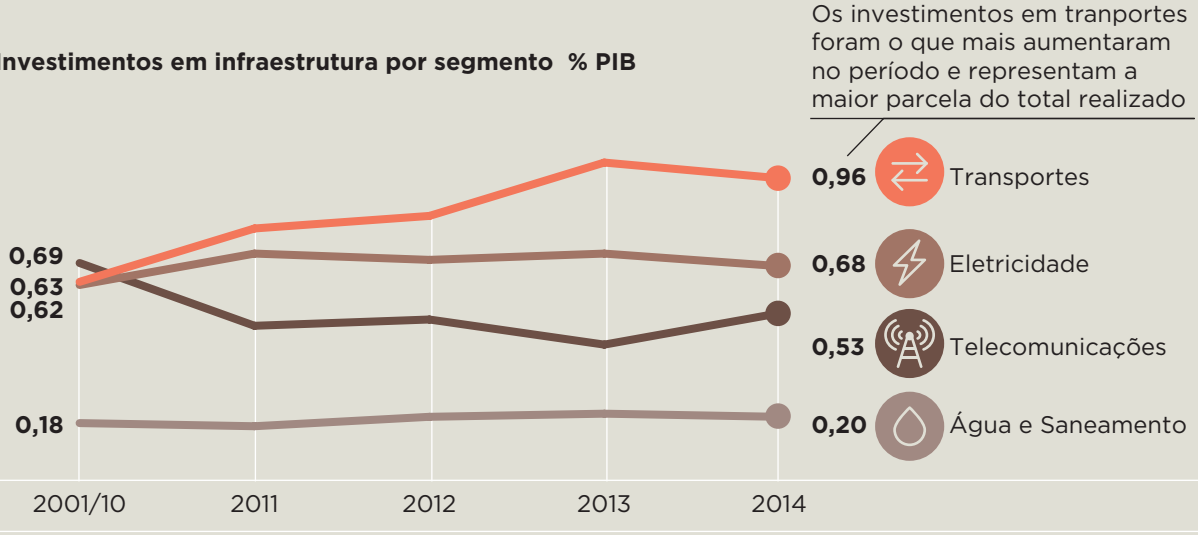
Investimentos em infraestrutura por instância pública e privada, % PIB



Em % do total investido em 2014



Investimentos em infraestrutura por segmento % PIB



Fonte: Inter. B

bém melhorar a eficiência com que são realizados. O país desperdiça um grande volume de recursos que aplica por conta das conhecidas dificuldades de execução concentradas no setor público.

Público e privado

Não houve uma alteração significativa na composição dos investimentos em infraestrutura no período 2007-14. Os investimentos se mantiveram aproximadamente com a mesma participação no PIB, com um pequeno aumento no âmbito privado e diminuição da esfera pública.

Os investimentos em infraestrutura tiveram uma expansão nominal de 7,10% em 2014, um crescimento real de apenas 0,66%. Esse valor diz respeito à soma dos investimentos nos setores de energia, telecomunicações, saneamento e transportes. Como porcentagem do PIB, não houve alteração: os investimentos permaneceram em 2,37%.

Ao decompor o valor total de R$ 130,9 bilhões investidos em 2014, a maior participação advém do setor privado. Com gastos totais no valor de R$ 70,7 bilhões e representando uma variação nominal de 12,31% com relação a 2013, as empresas privadas foram as que mais investiram em infraestrutura, tendência observada nos últimos anos, desde 2007. O governo e as estatais federais – no seu conjunto – investiram aproximadamente o mesmo que as empresas e autarquias estaduais, 0,54% e 0,55% do PIB, respectivamente.

Numa comparação do período 2007-12 e a média dos dois últimos anos, enquanto o incremento de gastos foi de 0,18% do PIB, a participação privada se ampliou em 0,11% e o setor público em 0,7%. Essas mudanças foram pouco perceptíveis, ainda que em 2014 as dificuldades das empresas estatais federais, assim como estaduais e autarquias de ampliarem seus investimentos tenham ficado mais explícitas, num preâmbulo para o corrente ano.

Em 2015, os gastos em infraestrutura somarão R$106,4 bilhões, o que representa uma queda nominal de 19% em relação a 2014 e uma queda real próxima a 28%.

Visão setorial

Quando desagregados setorialmente, os maiores desembolsos vêm ocorrendo historicamente no setor de transportes, que somaram R$ 53,1 bilhões em 2014. Porém o incremento nominal nos gastos (1,99%) não acompanhou a inflação, por conta de uma diminuição de 25,1% nos investimentos das empresas estatais federais, seguida do próprio governo federal. O setor que recebeu o segundo maior volume de investimentos em 2014 foi o de energia, com aportes de R$ 37,5 bilhões, uma expansão nominal de apenas 0,67% e que resulta em uma queda real nos investimentos. O maior gasto foi das empresas privadas, principalmente no subsetor de geração. As empresas estaduais e autarquias são as que menos investem em infraestrutura de energia – o governo federal investe no setor por meio da Eletrobras, que apresentou crescimento nominal de 1,63% no ano passado em relação a 2013.

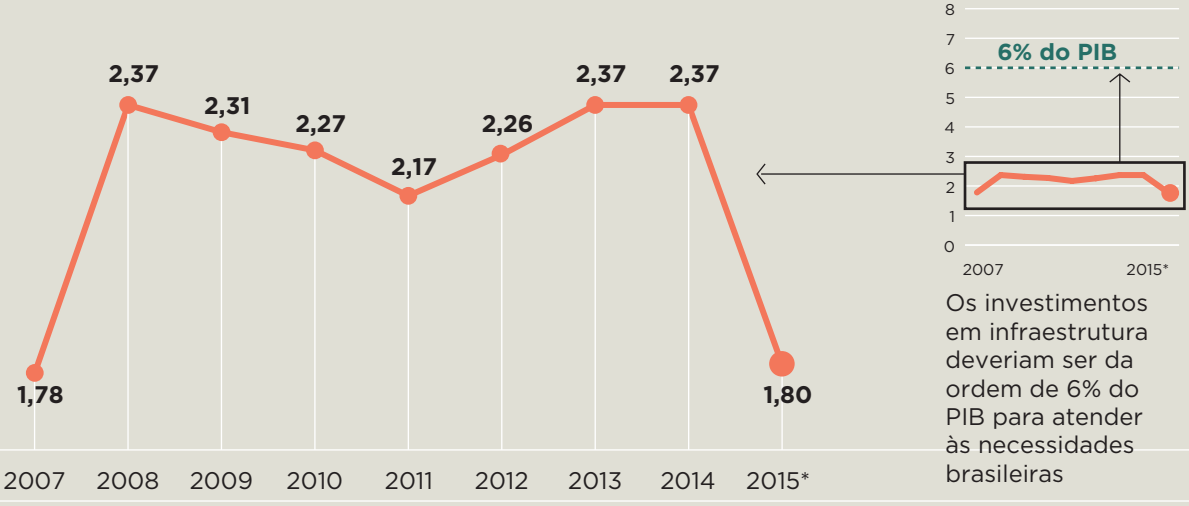
Os investimentos totais em 2014 de fato não se reduziram em termos reais por conta do comportamento em telecomunicações, que apresentou investimentos na ordem de R$ 29,3 bilhões, e a maior variação positiva em relação ao ano anterior (32%).

Finalmente, o saneamento absorveu recursos de R$ 11 bilhões, ou 0,2% do PIB, possivelmente menos de um terço que deveria estar sendo investido no setor. Tradicionalmente, a maior parte dos investimentos em saneamento no país é decorrente de gastos de empresas estaduais e autarquias, ainda que nos últimos três anos tenham ocorrido um aumento da participação privada, como se verá mais abaixo.

O setor de transportes abrange os subsetores rodoviário, ferroviário, portuário, aeroportuário, hidroviário e de mobilidade urbana. No seu conjunto, são as empresas privadas, assim como as estaduais e autarquias que têm posição dominante. O setor rodoviário é o que concentrou a maior parte dos investimentos em transportes. No ano de 2014, ao contrário do observado nos anos anteriores, o principal investidor em rodovias no Brasil foram empresas estaduais e autarquias. Ainda que a maior gasto tenha sido de responsabilidade dos Estados, vale ressaltar que o governo federal também aumentou seus investimentos em 19% na comparação com 2013. O setor ferroviário representou um aumento de 12,2% em relação ao ano anterior. A maior parte foi decorrente dos gastos de empresas privadas. Os investimentos no setor portuário são da mesma forma predominantemente privados. Ainda que os desembolsos do governo federal tenham se expandido, a queda nos gastos do setor privado dominou o saldo final, gerando uma redução de 16,9% nos gastos totais no setor. O setor aeroportuário teve a maior queda no investimento, com queda

PERSPECTIVAS DO INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA

Investimento em infraestrutura, % PIB

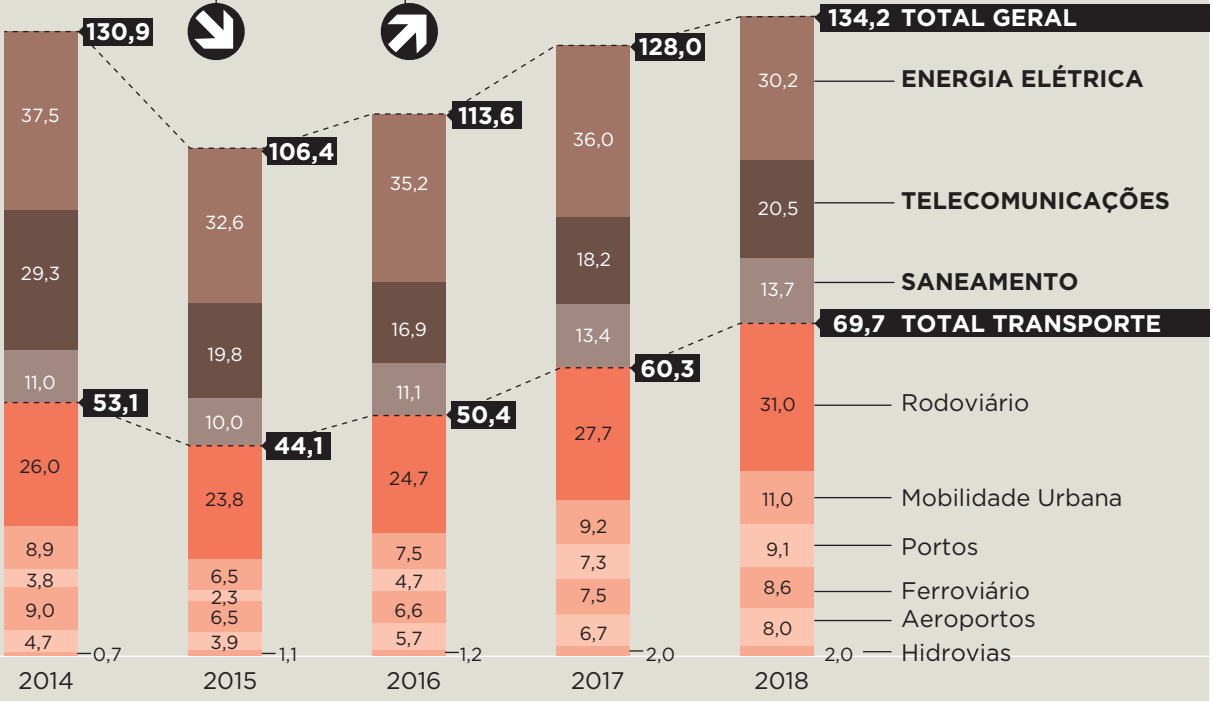


Os investimentos em infraestrutura deveriam ser da ordem de 6% do PIB para atender às necessidades brasileiras

Projeções para 2015 a 2018 por setor (R$ bilhões)

Para 2015, projeta-se uma retração nos investimentos de 19%

Para o período 2016 a 2018, se os projetos mais viáveis do Plano de Investimento em Logística (PIL II) e o Plano de Investimento em Energia Elétrica (PIEE) se concretizarem, haverá uma recuperação dos investimentos a partir de 2016, e de forma mais acentuada a partir de 2017.



Fonte: Inter. B

de 17,4% em relação a 2013. Os investimentos do setor historicamente foram direcionados pela Infraero, porém, com as privatizações a partir de 2012, os gastos privados no setor aumentaram, e assim, as concessionárias privadas passaram também a impulsionar os investimentos. Em 2014, no entanto, ambas as instâncias (pública e privada) diminuíram os aportes no setor, marcado principalmente pela queda de 25% dos investimentos públicos e a desaceleração nos investimentos pós-Copa dos aeroportos privatizados. Quanto à mobilidade urbana, a maior parte dos investimentos de R$ 8,9 bilhões decorreu de decisões de gastos de empresas estaduais e autarquias. Assim, a queda dos investimentos do governo federal em 40% não afetou significativamente o setor como um todo, sendo compensada pelo aumento em 12% dos gastos da esfera estadual. O setor que apresentou maior variação positiva nos investimentos recebidos foi o hidroviário, com um aumento em 16,67% relativos ao ano de 2013. Esse acréscimo se deve principalmente à participação privada no setor, que aumentou em 50% os gastos com obras hidroviárias. Ainda assim, o setor continua sendo o que menos recebe investimentos e possivelmente permanece como sendo o modal de transportes mais subutilizado.

Perspectivas

A primeira projeção para 2015 aponta que os gastos em infraestrutura somarão R$106,4 bilhões, o que representa uma queda nominal de 19% em relação a 2014, e uma queda real próxima a 28%. Todos os setores apresentariam uma queda nos investimentos, com exceção do hidroviário. Nesse caso, é esperado um aumento da ordem de 59% em relação a 2014. Para os demais subsetores de transporte, foram projetados quedas nominais de: 9% em rodovias, 27% em ferrovias, 27% em mobilidade urbana, 18% em aeroportos e 40% em portos. Ainda que seja esperada uma diminuição total dos gastos com transporte (21% em relação a 2014), o setor continuará sendo aquele que mais recebe investimentos, com um total previsto em R$ 42,9 bilhões.

É possível reverter o declínio projetado para este ano desde que haja um efetivo e sustentado compromisso com a estabilidade macroeconômica e responsabilidade no trato da coisa pública.

No caso do setor de energia elétrica, projeta-se uma diminuição em 13% dos investimentos, totalizando R$ 34,6 bilhões. Esse setor será, com toda probabilidade, um dos com menor queda (após o setor de saneamento), pois as empresas que estão construindo grandes ativos de geração e transmissão possuem obrigações regulatórias e contratuais, inclusive data determinada em que devem começar a operar, diminuindo a possibilidade de postergar os investimentos. Ademais, para as geradoras, havendo como escoar a energia (a exemplo das hidrelétricas do rio Madeira) há um forte incentivo de antecipar a conclusão e suprir o mercado livre.

No caso do setor de telecomunicações, projeta-se que, ao contrário de 2014, irá se observar uma forte queda nos investimentos, que deverão totalizar R$ 19,8 bilhões, uma variação negativa de 32%. Assim, os investimentos no setor voltariam ao nível histórico de cerca de R$ 20 bilhões anuais, reflexo de um aumento desproporcional e atípico em 2014.

Finalmente, também se projeta uma redução dos investimentos no setor de saneamento para R$ 10,0 bilhões, direcionado pelos ajustes sendo realizados nas empresas estaduais que dominam o setor como o governo federal.

Para o período 2016 a 2018, se os projetos mais viáveis do Plano de Investimento em Logística (PIL II) e o Plano de Investimento em Energia Elétrica (PIEE) se concretizarem, haverá uma recuperação dos investimentos a partir de 2016, e de forma mais acentuada a partir de 2017.

Em conclusão, estamos vivendo um período de forte ajuste nas contas públicas e baixa visibilidade. Na medida em que o investimento por definição é "uma aposta no futuro", e sendo os ativos de infraestrutura de longa duração, o elemento de incerteza cobra um prêmio e leva ao retraimento dos investimentos.

É possível reverter o declínio projetado para este ano, desde que haja um efetivo e sustentado compromisso com a estabilidade macroeconômica, a responsabilidade no trato da coisa pública, e uma agenda construtiva para a infraestrutura. Muito do que se requer é mais bom senso econômico, menos voluntarismo, e a disposição de defender o setor frente às barganhas políticas que levam a investimentos de elevados custos e má qualidade.

* Cláudio Roberto Frischtak é doutor em economia pela Universidade Stanford e presidente da Inter.B Consultoria Internacional de Negócios.

** Katharina Davies é analista da Inter.B

UMA ANÁLISE SETORIAL DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NO BRASIL

Setores mais intensivos em mão de obra, como construção, comércio, transporte, ainda possuem um nível de produtividade muito baixo

Fernando Veloso*

Uma característica marcante do desenvolvimento econômico é o processo de transformação estrutural, definido como o deslocamento da atividade econômica entre diferentes setores ao longo do tempo. Em geral, toda economia passa por uma redução da participação do setor agrícola e um aumento da importância do setor de serviços no emprego e no PIB ao longo do tempo. A participação relativa da indústria tende a se elevar inicialmente, mas posteriormente sofre uma redução em favor do setor de serviços.

Como a produtividade média do trabalho na agricultura em geral é menor que nos outros setores, a transformação estrutural provoca um aumento da produtividade agregada da economia nos seus estágios iniciais. Na medida em que a indústria perde espaço para os serviços, no entanto, é possível que ocorra uma desaceleração do crescimento da produtividade agregada, já que a indústria (em particular, a indústria de transformação) em geral caracteriza-se por uma produtividade do trabalho mais elevada.

Enquanto a produtividade recuou, em média, 0,2% ao ano entre 1995 e 2003, o crescimento acelerou para 2,2% ao ano entre 2003 e 2013.

Nesse sentido, este artigo apresenta dados sobre produtividade setorial da economia brasileira com base em medidas de valor agregado e horas trabalhadas em cada setor. A metodologia de cálculo da produtividade setorial é baseada em Veloso, Matos e Coelho (2014). Com relação ao valor adicionado (VA), utilizamos os dados dos 12 setores das Contas Nacionais Anuais (2000-2011) e Trimestrais (1995- 2013).

As séries de valor adicionado seguem a reformulação divulgada pelo IBGE neste ano. O marco metodológico anterior (Sistema de Contas Nacionais Referência 2000) introduzido em março de 2007 (com séries históricas iniciando em 1995) foi substituído pelo SCN Referência 2010.[1] Com isso, houve uma revisão das séries de valor adicionado para os 12 setores da economia desde 1995.

O setor que sofreu a maior alteração foi o da construção. Pela metodologia antiga, o VA era calculado apenas utilizando os insumos típicos para produção. Agora é calculado utilizando também a massa salarial, medida pela Pnad para o emprego informal e pela Paic para o emprego formal, deflacionando com o IPCA de mão de obra. Para o cálculo da proporção utilizada entre insumos típicos e massa salarial, o IBGE utiliza, respectivamente, a proporção do consumo intermediário e o valor da produção e a razão do valor adicionado menos o excedente operacional bruto sob o valor da produção.

Com relação ao fator trabalho, usamos uma medida de horas trabalhadas obtida a partir da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad), de acordo com a metodologia proposta em Veloso, Matos e Coelho (2015). A Pnad é divulgada anualmente e o último dado disponível é de 2013.

1 Para mais detalhes, ver "Notas metodológicas da nova série do Sistema de Contas Nacionais (SCN) - referência 2010".

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE

Tabela 1 – Participação setorial no VA (preços constantes de 2009) e no emprego: 1995-2013 (%)

	VA (%)		Horas (%)	
	1995	2013	1995	2013
Agropecuária	4,7	5,4	22,9	10,9
Ext. Mineral	1,8	2,2	0,3	0,3
Transformação	18,5	15,0	11,8	13,0
Construção	5,9	6,2	6,8	9,7
SIUP	2,7	2,6	0,6	0,5
Indústria	29,0	26,0	19,6	23,5
Comércio	12,8	12,6	17,0	19,0
Transporte, armazenagem e correio	4,0	4,2	4,6	6,0
Serviços de informação	2,6	4,7	0,4	1,1
Interm. financeira e seguros	5,3	6,8	1,1	1,4
Outros Serviços	16,9	15,9	24,8	26,6
Serviços imobiliários e aluguel	7,8	8,8	0,3	0,8
APU	17,0	15,6	9,1	10,8
Serviços	66,4	68,6	57,4	65,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 2 – Taxa de crescimento médio da produtividade (% a.a., horas trabalhadas)

	1995-2013	1995-2003	2003-2013
Agropecuária	6,3	6,2	6,4
Ext. Mineral	3,1	6,1	0,8
Transformação	-0,5	-2,1	0,8
Construção	-0,4	-2,4	1,1
SIUP	2,5	3,0	2,1
Indústria	-0,4	-1,6	0,6
Total	1,3	0,2	2,2

Gráfico 1 – Produtividade do trabalho agregada e dos principais setores
(R$ por hora trabalhada, preços constantes de 2009)

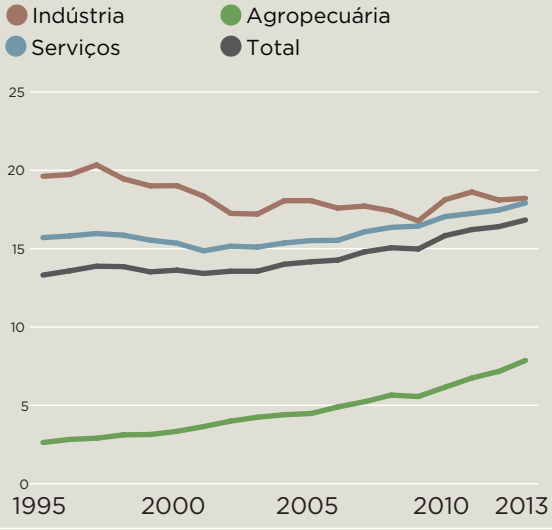
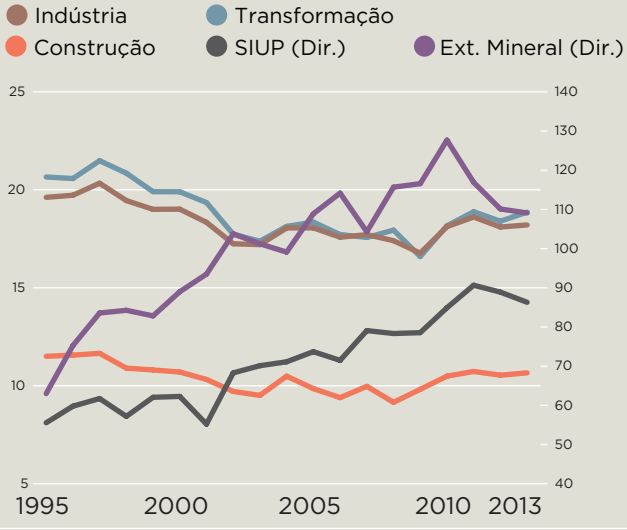


Gráfico 2 – Produtividade do trabalho dos subsetores da indústria
(R$ por hora trabalhada, preços constantes de 2009)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da Pnad e Contas Nacionais Trimestrais

Análise dos dados

A Tabela 1 mostra a evolução da participação setorial no VA e nas horas trabalhadas para os 12 setores de atividade do PIB entre 1995 e 2013. O setor de serviços concentra a maior parcela do valor adicionado e do emprego. Em 1995, a participação dos serviços nas horas trabalhadas era de 57,4%. Em 2013, essa participação elevou-se para 65,7%. Também houve um aumento da participação dos serviços no VA de 66,4% em 1995 para 68,6% em 2013.

Entre 1995 e 2013, a agropecuária teve pequena elevação da participação relativa no VA (de 4,7% para 5,4%). Por outro lado, o peso relativo da indústria diminuiu. Apesar do ganho de importância da indústria extrativa mineral (aumento de 1,8% para 2,2% do VA) e da construção (elevação de 5,9% para 6,2%), houve redução significativa da participação da indústria de transformação (de 18,5% para 15,0%).[2]

Com relação à evolução da produtividade do trabalho, entre 1995 e 2013, a produtividade do trabalho da economia brasileira cresceu, em média, 1,3% ao ano (Gráfico 1 e Tabela 2). Esse crescimento da produtividade, no entanto, não foi homogêneo ao longo do período. Antes de 2003, a produtividade cresceu, em média, 0,2% ao ano, mas acelerou a partir desse ano. Entre 2003 e 2013 o crescimento médio foi de 2,2% ao ano.

Existe grande heterogeneidade na trajetória das produtividades setoriais. Na agropecuária, observa-se um crescimento elevado entre 1995 e 2013, enquanto a indústria apresenta queda ao longo do período, em particular na indústria de transformação e na construção. Observa-se também no Gráfico 1 que a produtividade de serviços teve crescimento modesto entre 1995 e 2013. Como esse setor concentra 2/3 das horas trabalhadas na economia, sua dinâmica é determinante para a evolução da produtividade agregada.

Enquanto a produtividade da agropecuária cresceu a taxas elevadas entre 1995 e 2012, a indústria teve queda e os serviços, pequeno avanço.

Como mostra a Tabela 2, a indústria de transformação apresenta dois momentos distintos: uma forte queda de produtividade no período inicial (1995-2003) e uma pequena recuperação no período 2003-2013. O setor de construção apresenta uma trajetória parecida, com queda de 2,4% a.a. entre 1995 e 2003 e aumento de 1,1 % a.a. entre 2003 e 2013.

O Gráfico 2 mostra a evolução da produtividade no período 1995-2013 para os setores que compõem a indústria. A primeira ressalva é que extrativa mineral e SIUP, por serem setores com produtividade muito acima dos demais, estão representados no eixo da direita. O setor de construção apresenta uma ligeira queda entre 1995 e 2009, seguida de uma estabilidade desde então. Outro ponto interessante é que as séries da indústria de transformação e do agregado da indústria são praticamente indistinguíveis. Essas séries apresentam uma queda contínua no período 1995-2009, com exceção de uma pequena recuperação no biênio 2003-2004.

Conclusão

Entre 1995 e 2013, a produtividade por hora trabalhada da economia brasileira cresceu, em média, 1,3% ao ano. No entanto, essa taxa de crescimento variou significativamente no período. Enquanto a produtividade recuou, em média, 0,2% ao ano entre 1995 e 2003, o crescimento acelerou para 2,2% ao ano entre 2003 e 2013.

Por trás desse comportamento da produtividade agregada, existe grande heterogeneidade na trajetória das produtividades setoriais. Enquanto a produtividade da agropecuária cresceu a taxas elevadas entre 1995 e 2012, a indústria teve queda da produtividade e o setor de serviços teve um pequeno avanço.

Também deve ser destacado que os setores mais intensivos em mão de obra, como construção, comércio, transporte e outros serviços, ainda possuem um nível de produtividade muito baixo. A elevação da produtividade desses setores tem grande potencial para aumentar a produtividade agregada.

2 Essa queda de participação da indústria de transformação no valor adicionado tem sido objeto de vários estudos recentes, como Bonelli, Pessoa e Matos (2013) e Bacha e de Bolle (2013).

* Pesquisador da FGV/Ibre.

Referências

Bacha, E. e de Bole, M. (2013). O Futuro da Indústria no Brasil: Desindustrialização em Debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Bonelli, R., Pessôa, S. e Matos, S. (2013). "Padrões de Crescimento Industrial no Brasil", In: Veloso, F.; Ferreira, P.; Giambiagi, F. e Pessôa, S. (Orgs.). Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, pp. 347-380.

Veloso, F. Matos, S. e Coelho, B. (2014). "Produtividade do Trabalho no Brasil: uma Análise Setorial." In: Regis Bonelli; Fernando Veloso. (Org.). Ensaios IBRE de economia brasileira - II. Rio de Janeiro: Editora Elsevier.

Veloso, F. Matos, S. e Coelho, B. (2015). "Metodologia de ajuste da série de população ocupada da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad)". Nota Técnica. IBRE/FGV.

UM NOVO PARADIGMA PARA O SETOR

A construção sustentável comprovadamente dispõe de ferramentas e métodos que reduzem custos e melhoram a produtividade e os resultados financeiros

Francisco Antunes de Vasconcellos Neto*

A indústria da construção civil, assim como o restante da indústria brasileira, vive momentos muito difíceis. Tecnicamente, o país vive uma recessão, após queda do PIB por dois trimestres consecutivos e o índice de desemprego tendo alcançado a marca dos 8,3%, o maior nível desde 2012. Estima-se que, em 2015, em torno de 500 mil trabalhadores da construção perderão seus empregos e, com isso, perde-se quase todo o investimento feito pelas empresas em formação e treinamento.

No entanto, apesar de o setor, antes da fase atual, ter experimentado um crescimento expressivo, sua produtividade manteve-se em níveis muito baixos se comparada à de outros países. A persistência dessa baixa produtividade, neste momento de crise, transforma essas dificuldades em obstáculos quase intransponíveis ou muito difícil de serem superados.

Mas nem tudo é pessimismo. Para algumas empresas, essa baixa produtividade é encarada como oportunidade, pois acreditam que, nessas horas, é que ocorrem as grandes mudanças de paradigma e, portanto, as melhorias de processos acontecem.

Os conceitos de sustentabilidade, de construções sustentáveis, estão já demonstrando as grandes mudanças que o setor enfrentará neste *front* e que será necessária uma nova forma de produzir construções em um futuro próximo. Dez anos atrás, esse conceito, até então limitado às discussões acadêmicas e a algumas poucas experiências empresariais, ganhou corpo, regras, metodologias e – claro – respeito.

Está definida uma equação complicada: produzir construções mais sustentáveis, trabalhando com maior produtividade, num país em crise profunda. Belo desafio.

A experiência e os padrões de eficácia comprovados mostram a viabilidade dos conceitos de sustentabilidade para a grande maioria dos empreendimentos. A construção sustentável deixou de ser vista como uma alternativa onerosa, pois comprovadamente dispõe de ferramentas e métodos que reduzem custos, melhoram a produtividade e os resultados financeiros.

Premissas como a economia de recursos naturais através do uso de materiais reciclados, da gestão dos resíduos gerados nas obras, do uso racional da água e da eficiência energética se unem a outros atributos que reduzem o impacto ambiental na implantação dos empreendimentos na estrutura urbana.

Questões como a mobilidade urbana, o acesso à infraestrutura, o paisagismo e outros atributos sociais são analisadas e inseridas na concepção do projeto não apenas como temas periféricos, mas, sim, como prioridades que ao serem analisadas em profundidade podem mudar a decisão de se construir ou não um edifício.

Isso muda tudo. Um novo paradigma está sendo construído e se consolidando ano a ano, não apenas pelos empresários ou empresas do setor, mas por seus clientes, sejam eles grandes ou pequenos, privados ou institucionais, não importa, pois quem está liderando esse processo é a sociedade como um todo. Por ser uma ação externa, as empresas não têm controle sobre esse processo, da mesma forma que, em sociedades democráticas, não têm controle sobre



o preço dos seus produtos, que é definido pelo mercado.

Está definida, portanto, uma equação complicada: produzir construções mais sustentáveis, trabalhando com maior produtividade, num país em crise profunda. Belo desafio.

Mercado altamente competitivo

Detalhando esse contexto, pode-se enxergar certas semelhanças e potencialidades entre o desafio de aumentar a produtividade das empresas e o de produzir construções mais sustentáveis.

Num mercado altamente competitivo, principalmente em tempos de crise, sobrevivem as empresas que venderem seus produtos e serviços com maior margem de lucro. O lucro é função direta da produtividade da

empresa, da relação entre o preço de venda e o custo de produção. Aumentar a produtividade da empresa significa aumentar o lucro e, consequentemente, aumentar a capacidade da empresa de sobreviver e até crescer.

É possível, portanto, aumentar a produtividade de uma empresa através do aumento do preço unitário dos produtos ou através do aumento da quantidade produzida, mantendo-se o custo de produção. Da mesma forma, podemos aumentar a produtividade mantendo a receita e atuando na diminuição dos custos dos fatores de produção: os insumos materiais, a mão de obra e o capital. Existe, claro, uma terceira via, a de atuar nas duas frentes simultaneamente.

Atuar no aumento das receitas, através do aumento de preços do produto, não seria uma estratégia possível numa economia estável, pois a contrapartida provavelmente seria a perda de vendas e *market share* e, consequentemente, diminuição da receita com perda da produtividade global da empresa. Imagine isso numa economia recessiva. Impossível.

Focar o aumento da produção, otimizando o uso dos recursos disponíveis, parece em princípio ser uma boa estratégia, mas, novamente, as empresas dependeriam do mercado e este, numa crise como a atual, onde as vendas despencam e os distratos de contratos prevalecem, não responderia positivamente a esse movimento.

As empresas do setor estão fazendo isto: adotar ações para a manutenção das vendas e do nível de produção ou, na impossibilidade dessa estratégia, cuidar para que a perda seja a mínima possível e buscar a otimização dos fatores de produção.

E onde, nesse raciocínio, se encaixa a construção sustentável?

Os fatores de produção são sempre escassos em uma empresa e a competente gestão desses fatores é o que distingue as empresas que sobrevivem e prosperam daquelas que sucumbem em face das dificuldades e crises. Para otimizar os fatores de produção, podem ser adotadas atitudes que estão relacionadas ao ambiente externo à empresa, ou atitudes que se relacionam com os processos internos de produção da empresa.

Estudos demonstram que, se forem adotados princípios de sustentabilidade desde o momento da concepção de um empreendimento, o edifício poderá gerar economias de até 40% ao longo de sua vida útil.

A escolha dos insumos que vamos consumir e a forma como vamos nos relacionar com nossos fornecedores são tipicamente ações externas que influenciam os fatores de produção. Por outro lado, o ambiente de trabalho e a relação estabelecida com os colaboradores, a otimização dos processos de produção, privilegiando a desburocratização, a transparência e a eliminação de desperdícios, são tipicamente ações internas que também impactam nos fatores de produção.

Muito além da discussão do preço

O uso racional dos recursos naturais, o uso de material reciclado, o uso eficiente de água e de energia nos processos produtivos das construções sustentáveis, gera economias em todo o processo produtivo e continua gerando economias em toda a vida útil do edifício. Estudos demonstram que, se forem adotados princípios de sustentabilidade desde o momento da concepção de um empreendimento, o edifício poderá gerar economias de até 40% ao longo de sua vida útil.

Esses edifícios, para atingirem esse padrão de desempenho, são fruto de um processo produtivo que privilegia o trabalho em equipe, o compartilhamento de ideias, a inovação e o compromisso com o desempenho final do produto.

Para obter sucesso nesse processo, a relação com os fornecedores também é alterada, pois se privilegiam os atributos qualitativos de cada fornecedor com base na sustentabilidade do produto final e não mais numa simples discussão do preço do insumo em si. Questões como o local onde o insumo é retirado da natureza ou produzido, transporte, qualidade, desempenho e aderência às normas técnicas passam a ser critérios de decisão de compra, assim como o preço.

Essas novas práticas de conceber, projetar, construir e operar edifícios, atuam diretamente na produtividade das empresas e no alinhamento destas com um novo padrão de demanda mais e mais exigido pela sociedade.

Não é coincidência que novas tecnologias apontam diretamente nessa direção, ao oferecerem ferramentas que facilitam e otimizam a transparência de informações e o trabalho compartilhado em equipe. Não por acaso, novas ferramentas de projeto e gestão, como o Building Information Modeling – BIM, estão se tornando indispensáveis e revolucionando o setor.

No entanto, talvez o fator de maior importância nesse processo seja a quebra de paradigmas há muito arraigados nas empresas de construção em relação aos seus métodos de produção e modelos de negócio.

Enfim, os desafios são grandes, o mercado está em crise, mas as oportunidades estão aí para aqueles que acreditarem.

* Vice-presidente do **SindusCon-SP**.

ALTERNATIVAS PARA O FINANCIAMENTO HABITACIONAL E O DESENVOLVIMENTO URBANO

Praticamente todos os municípios brasileiros apresentam pouco ou nenhum recurso para investir na provisão habitacional de interesse social e tampouco no desenvolvimento urbano de modo geral

Kazuo Nakano*

Para iniciar uma discussão a respeito de alternativas para o financiamento habitacional e do desenvolvimento urbano é preciso, antes de tudo, apresentar um entendimento amplo a respeito do sentido básico desse desenvolvimento no qual a provisão habitacional para a população de baixa renda possui papel preponderante. O desenvolvimento urbano não concerne somente à execução de obras para a implantação de serviços, equipamentos e infraestruturas que converte um solo não urbanizado em um solo urbanizado. Tampouco se trata da promoção e produção de empreendimentos imobiliários, tais como novos loteamentos e edificações em determinadas localizações urbanas.

Em sintonia com Marcelo Lopes de Souza[1], entende-se o desenvolvimento urbano como a criação e universalização de condições de vida em espaços da cidade nos quais se produzem mudanças a partir das quais ocorrem, na vida cotidiana das pessoas, alterações de um estado pior para um estado melhor. Desse modo, tais mudanças de condições propiciam, para todos os cidadãos e cidadãs, melhor qualidade de vida e maior bem-estar social que favorecem o desenvolvimento das capacidades humanas as quais, por sua vez, contribuem para a promoção e fortalecimento da vida coletiva com base nos princípios da democracia, da ética, da equidade e da sustentabilidade.

Grande número de prefeitos corre atrás de contratos de repasses geridos por diferentes ministérios e, principalmente, de emendas parlamentares que, em geral, são descontínuos e contribuem pouco para o fortalecimento de processos de planejamento.

Apesar de o desenvolvimento urbano não se limitar somente à provisão de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas e à construção de novos loteamentos e edificações, essas ações são fundamentais, pois promovem transformações nos espaços habitacionais que, por conseguinte, afetam diretamente tanto as condições de vida das pessoas quanto o bem-estar social. Tais ações, em geral viabilizadas pelo investimen-

1 SOUZA, Marcelo Lopes de. "O que Devemos entender por Desenvolvimento Urbano?". In: SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.



to de grande quantidade de recursos públicos oriundos de toda a sociedade, são promotoras do desenvolvimento urbano desde que realizadas de acordo com aqueles princípios da democracia, da ética, da equidade e da sustentabilidade.

Bloqueio do financiamento urbano

Normalmente, os recursos que financiam a provisão de serviços, equipamentos e infraestruturas de mobilidade urbana, saneamento básico, habitação, saúde, educação, assistência social, lazer, esporte, cultura, dentre outros setores, integram os orçamentos públicos cujos recursos são arrecadados junto à sociedade como um todo e administrados por diferentes entes da Federação. Os orçamentos e as finanças da grande maioria dos municípios brasileiros são altamente dependentes das transferências intergovernamentais originárias de governos estaduais e da União. A dependência desses municípios em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) do governo federal é largamente conhecida.

Nesses municípios, há pouca arrecadação própria e baixa capacidade de endividamento por causa da existência de base econômica local frágil, predomínio de população de baixa renda e ineficiência na gestão das finanças públicas. Em geral, a maior parte dos orçamentos municipais está comprometida com o custeio da máquina pública, principalmente com a folha de pagamento dos funcionários da administração direta e indireta, e também com as obrigações constitucionais relativas à destinação de recursos para a implementação das políticas básicas de saúde e educação.

Nesse contexto nacional, praticamente todos os municípios brasileiros apresentam pouco ou nenhum recurso para investir na provisão habitacional de interesse social e tampouco no desenvolvimento urbano de modo geral. Com isso, grande número de prefeitos corre atrás de contratos de repasses geridos por diferentes ministérios e, principalmente, de emendas parlamentares que, em geral, são descontínuos e contribuem pouco para o fortalecimento

de processos de planejamento.

Diante dos déficits verificados em vários setores de atendimento das necessidades sociais e urbanas, responsáveis pelo agravamento das precariedades e iniquidades existentes nas cidades brasileiras, somados à baixíssima capacidade de investimento e de endividamento de governos municipais e estaduais, tem-se um bloqueio no financiamento do desenvolvimento urbano. Esse bloqueio se agiganta em contextos marcados por crises econômicas e recessões, como na atual conjuntura nacional. Como superar, ou pelo menos contornar, esse bloqueio?

Em primeiro lugar, é preciso planejar e estabelecer prioridades. No que diz respeito à promoção do desenvolvimento urbano e à viabilização de provisões habitacionais, especialmente de interesse social destinada às populações de baixa renda, é necessário fortalecer os instrumentos e processos de planejamento e gestão urbana de modo a definir quais são as medidas regulatórias mais importantes e quais são os investimentos prioritários. O bom planejamento se faz mais importante nos momentos de escassez dos recursos. Os instrumentos de planejamento e gestão urbana podem fornecer alternativas para as prefeituras obterem recursos que podem ser investidos na produção habitacional?

Alternativas para o investimento

A resposta à pergunta acima é sim. Uma das principais bases para o poder público realizar o planejamento e a gestão urbana de modo eficiente e efetivo é o cadastro imobiliário e a planta genérica de valores. Essas bases cartográficas e de dados são usadas para estabelecer os valores venais sobre os quais são aplicadas as alíquotas de cobrança do IPTU. Na maior parte dos municípios brasileiros, essas bases encontram-se incompletas e desatualizadas. A simples melhora na cobertura e atualização dessas bases e daqueles valores venais pode aumentar a arrecadação municipal sem que haja reajuste nas alíquotas. Isso ocorreu na década de 1990 quando o Município de Belém organizou seu cadastro multifinalitário de modo bastante detalhado em um sistema de informação geográfica (SIG). Parece que, posteriormente, a manutenção desse cadastro não foi bem feita e o trabalho realizado, infelizmente, perdeu-se em grande parte. Observações similares podem ser feitas em relação à cobrança do ISS. O IPTU e o ISS são as principais fontes municipais de arrecadação.

É necessário fortalecer os instrumentos e processos de planejamento e gestão urbana de modo a definir quais são as medidas regulatórias mais importantes e quais são os investimentos prioritários. O bom planejamento se faz mais importante nos momentos de escassez dos recursos.

Uma experiência incomum de arrecadação municipal em âmbito municipal foi implementada no Município de São Paulo na década de 2000. Essa experiência ficou conhecida como "Cidade Limpa" e baseou-se em um esquema de controle e fiscalização que conseguiu reduzir significativamente a presença de placas, anúncios e outdoors no espaço e na paisagem urbana gerando, assim, maior conforto visual para os transeuntes.

Após um período conflituoso seguido pelo reconhecimento dos resultados benéficos alcançados com a adoção das medidas de controle, restringiram-se os espaços que eram tradicionalmente explorados por estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e empresas de comunicação. Com isso, criou-se uma oportunidade para a prefeitura conceder onerosamente outros espaços para a exposição de anúncios, peças publicitárias e propagandas como em mobiliários urbanos, equipamentos públicos, estações e veículos de transportes coletivos, dentre outras superfícies e dispositivos. Com isso, esses espaços passaram a ser fontes alternativas de geração de recursos para o poder público.

Outra alternativa para as prefeituras obterem recursos para o financiamento da provisão habitacional e do desenvolvimento urbano é a aplicação dos instrumentos de mobilização da valorização fundiária que devem ser instituídos no ordenamento jurídico municipal a partir do Plano Diretor. Essas prefeituras podem lançar mão da outorga onerosa do direito de construir, da transferência do direito de construir e de operações urbanas consorciadas. Todos esses instrumentos baseiam-se no uso inteligente de potenciais construtivos adicionais de imóveis valorizados e localizados em áreas urbanas bem providas por serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas. Esses potenciais construtivos adicionais devem ser entendidos como bens públicos dominicais e, portanto, serem outorgados onerosamente ou mediante exigências de contrapartidas e compensações. Pode-se fixar um percentual dos recursos obtidos com essas outorgas para a provisão

habitacional de interesse social. Ademais, pode-se autorizar a transferência do direito de construir mediante doação de imóveis para a prefeitura utilizar nessa provisão. Nesses casos, o potencial construtivo adicional passível de ser transferido pode ser ampliado e multiplicado por fatores de incentivo.

É preciso dizer que aqueles instrumentos de mobilização de valorizações fundiárias funcionam melhor em cidades com mercados fundiários e imobiliários relativamente fortes. Isso vale principalmente para as operações urbanas consorciadas que "pegam" em áreas urbanas onde investidores privados vêem vantagens econômicas e possuem interesses. Nessas operações urbanas consorciadas, é possível trabalhar com perímetros ampliados e expandidos nos quais se pode aplicar parte dos recursos arrecadados junto à iniciativa privada exclusivamente na provisão habitacional de interesse social ou em urbanização de assentamentos precários ocupados por populações de baixa renda.

Um instrumento de política urbana que está entrando em cena nas cidades brasileiras é a chamada cota de solidariedade. Esse instrumento foi pensado, principalmente, para ser aplicado em contextos urbanos com valorização imobiliária muito alta a ponto de inviabilizar o acesso à terra urbana para a provisão habitacional de interesse social. Não cabe em todo e qualquer contexto urbano, pois a intenção é acessar localizações inseridas em circuitos com alta mercantilização das terras urbanas.

A cota de solidariedade foi adotada no recente Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo sancionado em 2014. Foi inspirada em um instrumento denominado como *inclusionary housing* aplicado desde a década de 1980 na cidade de Nova York. Com a aplicação desse instrumento, grandes empreendimentos imobiliários, previstos para ser implantados em lotes ou glebas maiores e com alta metragem de área construída, ficam obrigados a destinar um percentual das unidades imobiliárias ou dessa área construída para a provisão habitacional de interesse social.

Uma das principais bases para o poder público realizar o planejamento e a gestão urbana é o cadastro imobiliário e a planta genérica de valores. Na maior parte dos municípios brasileiros, essas bases encontram-se incompletas e desatualizadas.

No Município de São Paulo, abriu-se a possibilidade desse percentual ser convertido em terrenos ou glebas desocupadas que devem ser doadas para a prefeitura. Caso o investidor não queira destinar parte das unidades imobiliárias produzidas ou da área construída do empreendimento para provisão habitacional de interesse social, tampouco tenha interesse em doar terreno ou gleba desocupada para o poder público, pode pagar em dinheiro. Esse recurso financeiro deve ser obrigatoriamente utilizado para aquela provisão habitacional.

A aplicação do parcelamento, edificação e utilização compulsória, IPTU progressivo no tempo e desapropriação mediante pagamentos em títulos da dívida pública também pode ajudar a prefeitura a acessar lotes ou glebas, bem como edificações, que se encontram ociosos, não edificados, não utilizados ou subutilizados. Uma vez notificado em relação à aplicação daqueles instrumentos de política urbana, os proprietários desses imóveis ociosos podem propor a realização de consócio imobiliário para a prefeitura. A realização desse consórcio imobiliário pode viabilizar o acesso àqueles imóveis ociosos por parte da prefeitura em prazos mais curtos. Esses imóveis podem ser aproveitados para a realização de empreendimentos habitacionais de interesse social.

O problema da terra

A promoção do desenvolvimento urbano com provisão adequada de habitações de interesse social depende largamente do acesso a terras urbanas por parte da prefeitura. De maneira geral, esse acesso está bloqueado porque, a décadas, essas prefeituras deixaram de lado as políticas de formação de banco de terras. Esse bloqueio se torna mais sólido quando as prefeituras possuem poucos recursos financeiros e os preços dos imóveis urbanos ficam cada vez mais altos. Os instrumentos de política urbana mencionados anteriormente, bem como parcerias público-privadas formatadas com base no interesse público e social, podem ajudar a superar ou pelo menos contornar esses bloqueios. Depende das capacidades técnicas e institucionais das prefeituras. Depende, principalmente, dos compromissos políticos com uma agenda de desenvolvimento urbano e de provisão habitacional enraizada na busca incessante por melhorias nas condições de vida das pessoas e no bem-estar social.

* Arquiteto urbanista, mestre em estruturas urbanas e ambientais pela FAU-USP e doutor em demografia pelo Nepo-Unicamp. É professor do curso de pós-graduação em direito imobiliário da **FGV** Direito SP, do curso de graduação em arquitetura e urbanismo e do mestrado profissional em projeto, produção e gestão do espaço urbano do FIAM FAAM Centro Universitário.

PESSIMISMO CRESCE

Sondagem da Construção mostrou que a avaliação do desempenho das empresas atingiu o pior resultado desde agosto de 1999; o emprego com carteira na construção registrou sua 17ª retração consecutiva

Ana Maria Castelo e Robson Gonçalves

A cada pesquisa realizada com os empresários da construção, o pessimismo sobe alguns degraus. A última Sondagem da Construção realizada pelo **SindusCon-SP** em agosto mostrou que a avaliação do desempenho das empresas piorou significativamente na comparação com a pesquisa realizada há 12 meses e alcançou novo piso da série iniciada em agosto de 1999. Ou seja, os empresários da construção estão mais pessimistas do que estavam naquele ano. A percepção de desempenho é um indicador síntese que acompanha alguns quesitos relacionados ao nível corrente da atividade (emprego, volume de negócios e faturamento), assim como à situação da empresa (rentabilidade e concorrência). Todos os componentes retratam uma situação bastante negativa para as empresas, mas tem sido o emprego o que tem registrado os piores desempenhos a cada trimestre. Por ser uma atividade intensiva em mão obra, o mercado de trabalho reflete rapidamente e de forma intensa o declínio setorial.

O encarecimento do crédito é outro grande problema para as empresas que assinalaram aumento nas dificuldades financeiras – o quesito se mantém próximo do recorde da série alcançado no trimestre anterior.

As perspectivas de desempenho também seguiram se deteriorando revelando um pessimismo grande dos empresários em relação à retomada do crescimento. De fato, as notícias de novos cortes nos investimentos públicos se somam à queda nas vendas no mercado imobiliário e ao adiamento dos investimentos das empresas, contribuindo para aumentar a percepção negativa em relação à evolução da atividade setorial nos próximos meses.

O IBGE também mostra um cenário crítico para o emprego na construção: no trimestre findo em junho, o número de ocupados alcançou 7,137 milhões, o que representou redução de 673 mil vagas na comparação com o mesmo trimestre do ano passado.

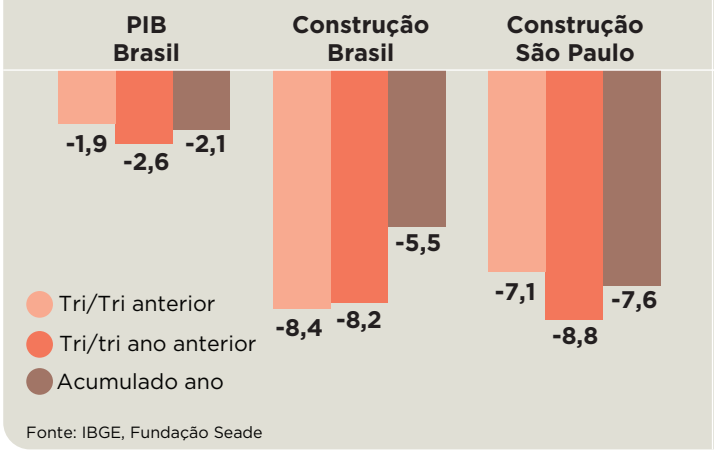
Esse pessimismo é agravado pela avaliação ainda mais negativa do empresário da construção em relação ao cenário econômico. Por fim, o único indicador a ter evolução favorável foi o que capta a percepção em relação aos custos setoriais. O indicador melhorou significativamente, refletindo a evolução dos custos, especialmente, no que diz respeito aos custos com materiais, que têm se mantido abaixo da inflação.

Muita coisa mudou no cenário setorial nesses últimos 16 anos. O crédito habitacional multiplicou-se por 10, já descontada a inflação do período, atingindo em julho de 2015 quase 10% do PIB. A produção formalizou-se de modo importante – as empresas passaram a responder por mais de 60% do PIB setorial - e o emprego com carteira cresceu, alcançando um total de mais 3 milhões de trabalhadores.

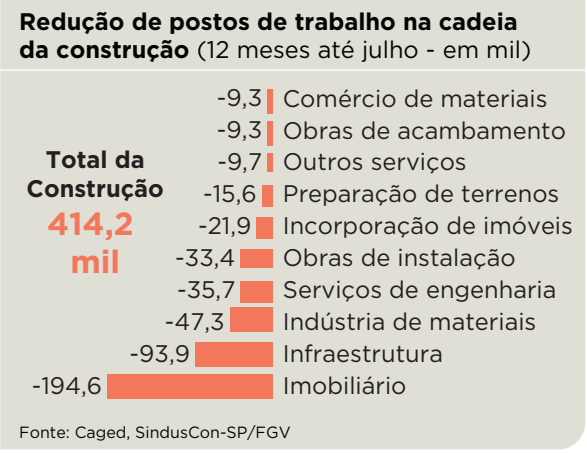
No entanto, os números do IBGE para o segundo trimestre de 2015 confirmaram uma guinada brusca, mostrando retração severa no PIB do setor da construção. A queda de 8,2% foi o pior resultado para esse indicador desde o final de 2003 e configura a quinta retração consecutiva na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Ou seja, desde o segundo trimestre de 2014, o PIB setorial passou a ser menor que o do ano anterior.

Na verdade, a perda de dinamismo já podia ser percebida desde o segundo trimestre de 2013, quando o setor alcançou seu melhor resultado. Desde então a atividade da cons-

EFEITOS DA CRISE NO PIB DA CONSTRUÇÃO



Fonte: IBGE, Fundação Seade



Fonte: Caged, SindusCon-SP/FGV

trução encolheu 13%. A desaceleração se acentuou por conta do arrefecimento do mercado imobiliário e das dificuldades persistentes para fazer decolar os investimentos em infraestrutura.

Por fim, a retração severa veio com a paralisação e postergação do cronograma das obras públicas e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e com a maior dificuldade na obtenção do crédito por parte das famílias e das empresas, quadro que foi se tornando claro ao longo de 2015.

De fato, a grave crise fiscal compromete a capacidade do setor público de realizar investimentos. Assim, nem o lançamento do PMCMV fase 3 deve alterar os ânimos setoriais. Antes de iniciar as contratações de uma nova fase, o governo terá que encerrar o pagamento das contratações já realizadas, o que só deverá ocorrer em 2016.

Para os empresários, o cenário se torna mais difícil ante as incertezas nos cenários político e econômico. Esse quadro se agravou com a perda do grau de investimento determinado pela S&P, fato que tende a dificultar e encarecer a captação de recursos em um momento em que o setor depende cada vez mais de fontes privadas de financiamento. O governo reagiu ao rebaixamento com o anúncio de um pacote de cortes de gastos cujos impactos sobre a construção ainda não estão claros.

A piora do *rating* do País não afetará as projeções de curto prazo, mas os números recentes do IBGE contribuíram para a revisão das expectativas setoriais para o ano que passaram para uma retração de 7% no PIB e de 11% no estoque de empregados com carteira.

Mercado de trabalho

O fechamento de postos de trabalho vem se acentuando nos últimos meses, indicando o aprofundamento da crise setorial. A pesquisa **SindusCon-SP/FGV**, realizada a partir do Caged, mostrou que em julho o emprego com carteira na construção registrou sua 17ª retração consecutiva na comparação dessazonalizada com o mês anterior.

Em julho, as empresas da construção empregaram 3,134 milhões de trabalhadores com carteira o que, na comparação com julho de 2014, representa queda de 11,67%. Ou seja, desde aquele mês o setor perdeu 414,2 mil postos.

Vale notar que, nessa mesma comparação, o País perdeu 778,7 mil empregos com carteira considerando todas as atividades. A construção foi a atividade com o segundo maior saldo líquido negativo. O pior resultado foi o da indústria de transformação, com a redução de 427,8 mil empregos.

Somando-se os números da indústria de materiais de construção, que registrou retração de 47,3 mil empregos nessa comparação 12 meses, e do comércio de materiais de construção, com queda de 9,2 mil, a cadeia da construção acumulou redução de 471 mil postos de trabalho nos últimos 12 meses.

Os números da PNAD contínua do IBGE também mostram um cenário crítico para a ocupação no setor em todo País. No trimestre findo em junho, o número de ocupados na construção alcançou 7,137 milhões, o que representou redução de 673 mil vagas na comparação com o mesmo trimestre do ano passado.

CUSTOS SETORIAIS E INFLAÇÃO

Em agosto, o IPCA registrou alta acumulada em 12 meses de 9,53%, pressionado especialmente pelos preços administrados. O resultado previsto para o ano deverá situar-se um pouco abaixo desse patamar, o que representará uma aceleração expressiva na comparação com a taxa acumulada de 6,41% em 2014.

Por sua vez, os custos setoriais mantêm tendência de menor elevação na comparação com a inflação, assim como em relação ao resultado alcançado em 2014.

O INCC-M alcançou em agosto alta de 7,12% em 12 meses. No mesmo período do ano passado, o indicador havia subido 7,09%. A principal contribuição para a alta mais comedida dos preços setoriais vem da cesta de materiais e equipamentos, que registra aumento em 12 meses de 5,99%. No mesmo período do ano passado, o aumento foi 6,71%. Itens com participação elevada como aço, cimento e concreto registram taxas acumuladas de -0,80%, 3,98% e 1,49%, respectivamente.

O componente mão de obra continua a responder pela maior pressão sobre os custos – registra taxa acumulada em 12 meses de 8,20% ante 7,93% no ano passado. Ou seja, a despeito da retração forte no mercado de trabalho, a inflação elevada pressiona os acordos. De todo modo, como parte expressiva deles foram realizados no primeiro semestre, quando a inflação registrava taxas menores, o resultado em 12 meses do componente mão de obra está abaixo da inflação. Entre as capitais que compõem o INCC, apenas Recife ainda tem acordo para ser realizado em 2015.

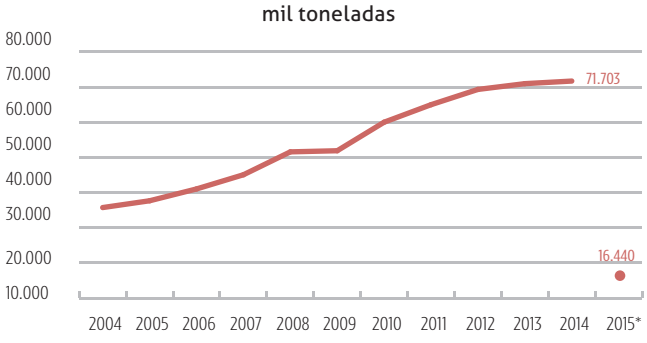
INDICADORES DA CONSTRUÇÃO

Materiais de construção – consumo e produção	22
Mercado imobiliário	23
Investimentos em habitação	24
Rentabilidade do mercado brasileiro de imóveis comerciais	25
Custo da construção residencial no Estado de São Paulo	26
Preços de materiais de construção no Estado de São Paulo	27
Emprego da construção nos Estados	28
Emprego da construção nos Estados	29
Emprego da construção brasileira por segmento	30
Emprego da construção paulista por segmento	31

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO – CONSUMO E PRODUÇÃO

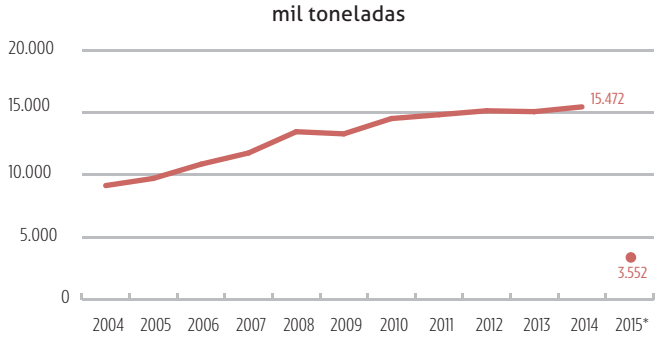
No primeiro semestre de 2015, a produção e o consumo aparente de vergalhões diminuíram respectivamente 15,16% e 10,84% na comparação com o mesmo período de 2014. A Produção Brasileira de Materiais de Construção caiu 10,08% até julho em relação ao mesmo período do ano anterior.

CONSUMO DE CIMENTO ANUAL – BRASIL



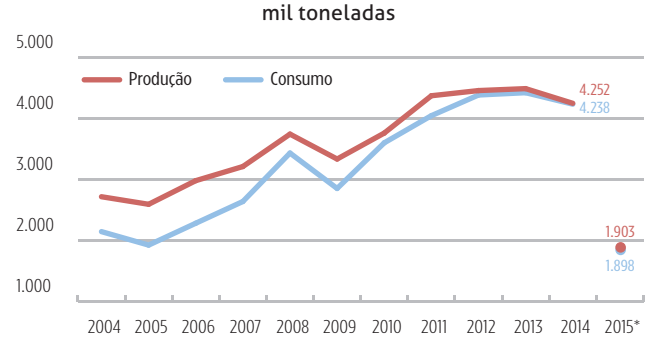
Fonte: SNIC * dados referentes ao período de janeiro a março.

CONSUMO DE CIMENTO ANUAL – SÃO PAULO



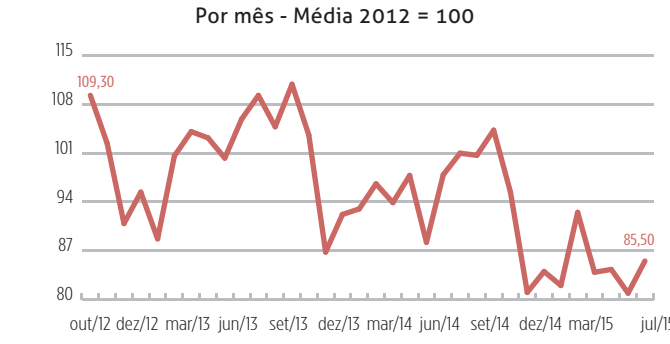
Fonte: SNIC * * dados desde março de 2014 são estimativas

VERGALHÃO BRASIL



Fonte: MDIC-SECEX / Aço Brasil * dados referentes ao 1º semestre

PRODUÇÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO – BRASIL



Fonte: IBGE

Período		Consumo de cimento – Brasil – Mil t	Consumo de cimento – Brasil – Variação (%) – No mês	Consumo de cimento – Brasil – Variação (%) – No ano	Consumo de cimento – São Paulo – Mil t	Consumo de cimento – São Paulo – Variação (%) – No mês	Consumo de cimento – São Paulo – Variação (%) – No ano	Vergalhões - Brasil – Produção – Mil t	Vergalhões - Brasil – Produção – Variação (%) – No mês	Vergalhões - Brasil – Produção – Variação (%) – No ano	Vergalhões - Brasil – Consumo aparente – Mil t	Vergalhões - Brasil – Consumo aparente – Variação (%) – No mês	Vergalhões - Brasil – Consumo aparente – Variação (%) – No ano	Produção brasileira de materiais de construção (índice: média de 2002 = 100)
2014	Abr*	5.784	1,1	3,8	1.286	-0,9	3,7	393	-1,2	4,7	328	-8,8	0,8	93,90
	Mai*	6.147	6,3	3,2	1.361	5,9	3,9	381	-3,1	2,5	384	17,0	0,0	97,80
	Jun*	5.505	-10,5	2,4	1.190	-12,6	2,9	343	-9,9	0,4	320	-16,6	-0,8	88,20
	Jul*	6.257	13,7	1,8	1.364	14,6	2,7	338	-1,7	-1,3	370	15,4	-1,4	97,90
	Ago*	6.337	1,3	1,2	1.419	4,0	2,3	355	5,1	-2,5	383	3,4	-2,0	101,00
	Set*	6.462	2,0	1,4	1.400	-1,4	2,5	374	5,4	-2,9	356	-7,0	-3,1	100,70
	Out*	6.636	2,7	1,3	1.405	0,4	2,6	376	0,5	-3,2	389	9,4	-3,3	104,30
	Nov	5.886	-11,3	0,9	1.245	-11,4	2,5	355	-5,4	-4,1	338	-13,0	-4,3	95,40
	Dez	5.251	-10,8	1,0	1.091	-12,4	2,5	213	-40,1	-5,4	273	-19,2	-4,2	81,00
2015	Jan	5.643	7,5	-18,1	1.156	6,0	-11,8	322	51,2	-12,0	324	18,3	-10,8	84,00
	Fev	4.918	-12,8	-7,9	1.066	-7,8	-0,7	331	3,0	-10,2	273	-15,6	-18,9	82,00
	Mar	5.878	19,5	-38,1	1.330	24,8	-35,4	329	-0,8	-12,8	358	31,1	-12,8	92,50
	Abr							339	3,2	-13,0	320	-10,7	-10,5	83,90
	Mai							323	-4,7	-13,5	290	-9,4	-13,5	84,30
	Jun							259	-19,9	-15,2	334	15,1	-10,8	80,90
	Jul													85,50

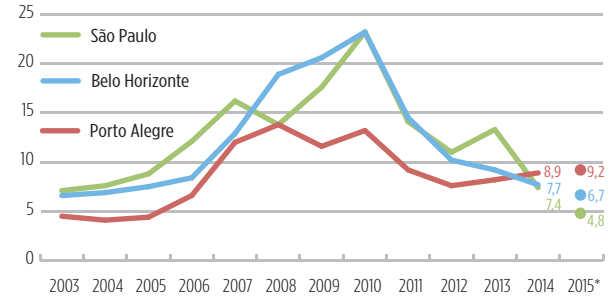
Fonte: SNIC, IABr e IBGE.
* Dados para consumo de cimento são preliminares.

MERCADO IMOBILIÁRIO

Os lançamentos no mercado imobiliário da cidade de São Paulo registraram retração de 15% até julho na comparação com o mesmo período do ano passado. Na Região Metropolitana de São Paulo (excluindo a capital) houve crescimento de 22,3%.

VELOCIDADE DE VENDAS

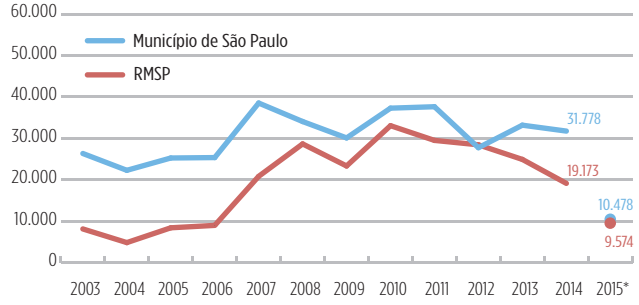
em % – média anual



Fonte: CBIC **dados de Belo Horizonte e Porto Alegre até junho, São Paulo até maio

LANÇAMENTOS

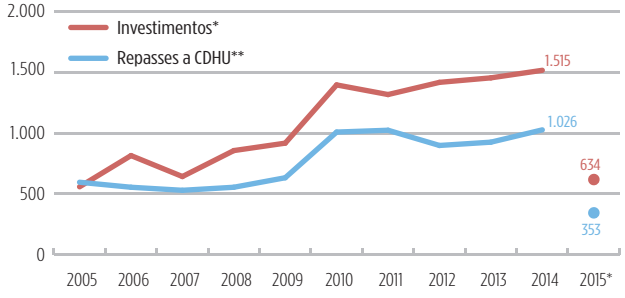
unidades



Fonte: Embraesp * dados até julho

INVESTIMENTO EM HABITAÇÃO CDHU

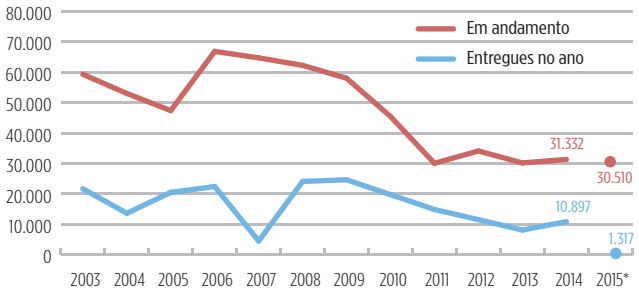
R$ mil



Fonte: Secretaria da Fazenda SP e CDHU * dados até junho

UNIDADES HABITACIONAIS

São Paulo



Fonte: CDHU * unidades entregues no ano até junho e unidades em andamento em junho

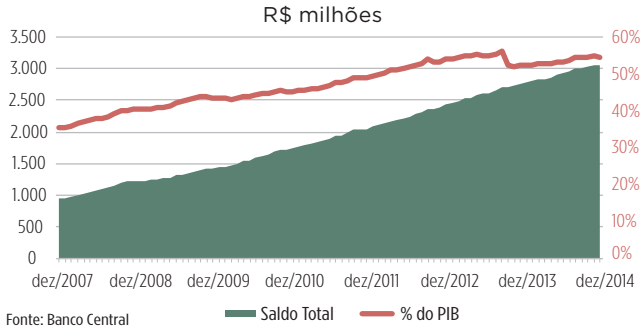
Período		Velocidade de venda (%)			Lançamentos						ICMS no Estado de São Paulo		CDHU	
					Município de São Paulo			RMSP					Unidades habitacionais	
		Belo Horizonte	Porto Alegre	São Paulo	Unidades	Variação (%) No mês	Variação (%) Em 12 meses	Unidades	Variação (%) No mês	Variação (%) Em 12 meses	Repasses à CDHU (R$ milhões)	Investimentos (R$ milhões)	Entregues no ano	Em andamento (média do ano)
2014	Abr	4,5	12,8	9,8	2.358	-7,7	2,9	987	-27,1	-17,8	88	97	544	34.467
	Mai	8,3	7,0	9,4	2.681	13,7	3,4	1.440	45,9	-16,7	78	149	657	37.066
	Jun	7,0	6,5	4,8	2.413	-10,0	-7,0	2.549	77,0	-20,3	58	95	1.439	35.811
	Jul	4,8	6,4	3,4	973	-59,7	-7,4	759	-70,2	-13,8	99	147	1.247	35.994
	Ago	10,5	9,7	7,7	2.115	117,4	-11,9	1.251	64,8	-12,6	133	176	862	34.707
	Set	5,0	6,9	11,1	4.018	90,0	-6,4	1.890	51,1	-18,2	58	97	713	34.155
	Out	6,8	6,5	3,9	2.336	-41,9	-9,9	2.472	30,8	-27,1	117	169	363	33.981
	Nov	17,4	6,8	10,1	6.301	169,7	-6,3	2.783	12,6	-30,7	58	94	867	33.117
	Dez	2,9	16,0	10,7	4.675	-25,8	-4,3	2.950	6,0	-23,1	53	117	3.594	31.332
2015	Jan	8,7	5,3	2,7	546	-88,3	-3,2	168	-94,3	-22,7	45	82	180	31.283
	Fev	3,5	4,1	2,7	872	59,7	-0,7	319	89,9	-22,2	45	94	-	31.283
	Mar	8,4	19,7	4,4	773	-11,4	-5,4	1.696	431,7	-21,1	107	153	171	31.160
	Abr	9,2	10,4	7,2	3.023	291,1	-2,2	1.351	-20,3	-18,2	45	91	16	31.542
	Mai	2,7	8,2	7,1	2.403	-20,5	-4,1	2.111	56,3	-15,4	45	113	348	31.194
	Jun	7,9	7,7		2.036	-15,3	-1,7	2.844	34,7	-13,8	65	101	602	30.510
	Jul				825	-59,5	-0,7	1.085	-61,8	-12,8				

Fonte: Secovi-SP, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, CDHU e Bacen/Decad

INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO

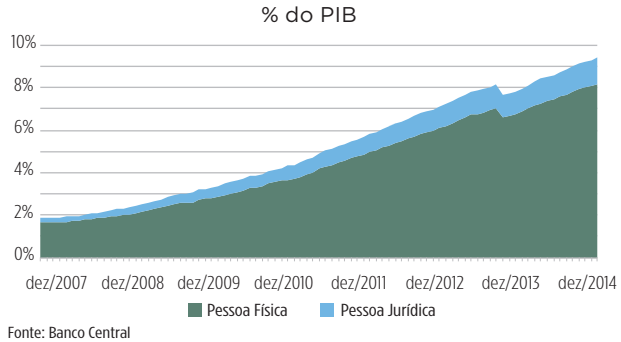
Em julho de 2015, o saldo total da carteira de crédito com recursos direcionados para financiamento imobiliário somou R$ 547 bilhões, o que representou 9,59% do PIB do País. As concessões de créditos para financiamentos imobiliários caíram 2,5% nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

CARTEIRA DE CRÉDITO



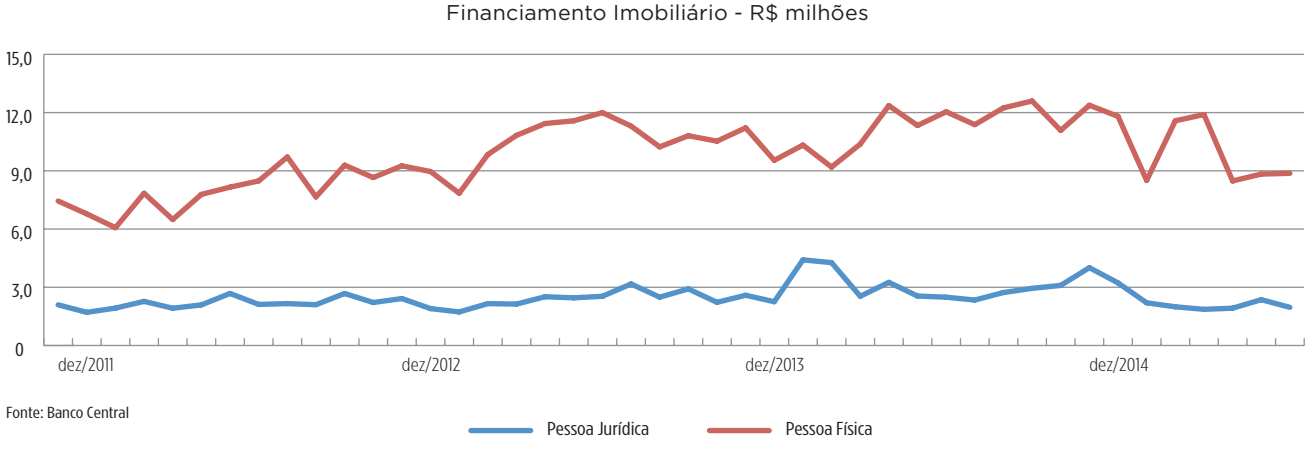
Fonte: Banco Central

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO



Fonte: Banco Central

CONCESSÕES DE CRÉDITO



Fonte: Banco Central

SBPE mês a mês

Período		Saldo Total da Carteira de Crédito		Saldo Total de Financiamento Imobiliário		Saldo de Financiamento Imobiliário - Pessoa Jurídica		Saldo de Financiamento Imobiliário - Pessoa Física		Concessões de crédito com recursos direcionados - Financiamento Imobiliário		
		(R$) milhões	% do PIB	Total - R$ (milhões)	% do Crédito Total	% do PIB	% do Crédito Imobiliário	% do PIB	% do Crédito Imobiliário	Total	Pessoa Jurídica	Pessoa Física
2014	Jul	2.830.844	52,66%	452.424	15,98%	1,15%	13,64%	7,27%	86,36%	14.529	2.488	12.041
	Ago	2.857.674	52,90%	461.755	16,16%	1,16%	13,58%	7,39%	86,42%	13.719	2.341	11.378
	Set	2.896.570	53,26%	468.682	16,18%	1,17%	13,53%	7,45%	86,47%	14.971	2.728	12.243
	Out	2.919.447	53,41%	478.901	16,40%	1,18%	13,45%	7,58%	86,55%	15.541	2.944	12.597
	Nov	2.956.599	53,83%	487.877	16,50%	1,19%	13,35%	7,70%	86,65%	14.178	3.096	11.082
	Dez	3.017.456	54,65%	497.848	16,50%	1,20%	13,30%	7,82%	86,70%	16.387	4.010	12.377
2015	Jan	3.012.721	54,36%	505.986	16,79%	1,20%	13,11%	7,93%	86,89%	15.030	3.225	11.805
	Fev	3.024.316	54,39%	512.101	16,93%	1,21%	13,15%	8,00%	86,85%	10.702	2.198	8.504
	Mar	3.060.731	54,59%	519.553	16,97%	1,21%	13,01%	8,06%	86,99%	13.573	1.994	11.579
	Abr	3.061.492	54,35%	528.421	17,26%	1,21%	12,87%	8,17%	87,13%	13.761	1.863	11.898
	Mai	3.082.530	54,52%	534.231	17,33%	1,21%	12,84%	8,24%	87,16%	10.400	1.922	8.478
	Jun	3.100.215	54,61%	540.398	17,43%	1,22%	12,85%	8,30%	87,15%	11.191	2.359	8.832
	Jul	3.110.762	54,53%	547.012	17,58%	1,23%	12,85%	8,36%	87,15%	10.837	1.966	8.871

Fonte: Bacen/Decad, CBIC

RENTABILIDADE DO MERCADO BRASILEIRO

O IGMI-C é um índice de rentabilidade do mercado brasileiro de imóveis comerciais cujo objetivo é retratar a evolução da valorização dos preços e dos rendimentos do segmento de imóveis comerciais em todo o Brasil.

Período		Índice geral do mercado imobiliário brasileiro - Comercial											
		Total				Capital				Renda			
		Índice (base 1ºtri/ 2000 = 100)	Variação (%)			Índice (base 1ºtri/ 2000 = 100)	Variação (%)			Índice (base 1ºtri/ 2000 = 100)	Variação (%)		
			No trimestre	No ano	Em 12 meses		No trimestre	No ano	Em 12 meses		No trimestre	No ano	Em 12 meses
2004	2	208,50	3,56	7,90	15,58	146,19	1,29	3,81	7,72	143,74	2,27	4,01	7,43
	3	213,52	2,41	10,50	14,26	147,39	0,82	4,67	6,72	146,02	1,58	5,66	7,18
	4	218,62	2,39	13,14	13,14	148,83	0,97	5,69	5,69	148,09	1,42	7,15	7,15
2005	1	223,55	2,26	2,26	11,04	150,47	1,10	1,10	4,26	149,79	1,15	1,15	6,58
	2	231,19	3,42	5,75	10,89	152,25	1,18	2,30	4,14	153,15	2,24	3,42	6,54
	3	239,23	3,47	9,43	12,04	154,86	1,72	4,06	5,07	155,84	1,76	5,23	6,72
	4	245,11	2,46	12,12	12,12	156,79	1,25	5,35	5,35	157,72	1,21	6,51	6,51
2006	1	254,73	3,93	3,93	13,95	160,96	2,66	2,66	6,97	159,73	1,27	1,27	6,63
	2	266,87	4,76	8,88	15,43	164,89	2,44	5,16	8,30	163,44	2,32	3,62	6,72
	3	275,79	3,34	12,52	15,28	167,59	1,64	6,88	8,22	166,22	1,70	5,39	6,66
	4	285,60	3,56	16,52	16,52	169,81	1,33	8,30	8,30	169,93	2,23	7,74	7,74
2007	1	297,88	4,30	4,30	16,94	174,82	2,95	2,95	8,61	172,22	1,35	1,35	7,82
	2	311,55	4,59	9,08	16,74	178,45	2,07	5,09	8,22	176,55	2,52	3,90	8,03
	3	326,45	4,79	14,30	18,37	183,11	2,61	7,83	9,26	180,39	2,17	6,15	8,52
	4	343,62	5,26	20,32	20,32	187,88	2,61	10,64	10,64	185,18	2,65	8,97	8,97
2008	1	371,69	8,17	8,17	24,78	196,61	4,64	4,64	12,46	191,70	3,52	3,52	11,31
	2	394,70	6,19	14,86	26,69	202,37	2,93	7,71	13,41	197,94	3,25	6,89	12,11
	3	416,59	5,55	21,23	27,61	206,91	2,24	10,13	13,00	204,49	3,31	10,43	13,36
	4	443,58	6,48	29,09	29,09	212,69	2,79	13,20	13,20	212,02	3,69	14,50	14,50
2009	1	481,10	8,46	8,46	29,43	223,33	5,00	5,00	13,59	219,35	3,46	3,46	14,42
	2	513,30	6,69	15,72	30,05	230,70	3,30	8,47	14,00	226,79	3,39	6,96	14,57
	3	538,21	4,85	21,33	29,19	234,83	1,79	10,41	13,49	233,74	3,06	10,24	14,31
	4	568,49	5,63	28,16	28,16	240,13	2,26	12,90	12,90	241,61	3,37	13,95	13,95
2010	1	605,38	6,49	6,49	25,83	248,30	3,40	3,40	11,18	249,07	3,09	3,09	13,55
	2	640,38	5,78	12,65	24,76	254,97	2,69	6,18	10,52	256,78	3,09	6,28	13,22
	3	675,01	5,41	18,74	25,42	260,87	2,31	8,64	11,09	264,72	3,09	9,57	13,26
	4	713,45	5,69	25,50	25,50	265,93	1,94	10,74	10,74	274,66	3,75	13,68	13,68
2011	1	748,68	4,94	4,94	23,67	270,61	1,76	1,76	8,99	283,39	3,18	3,18	13,78
	2	780,81	4,29	9,44	21,93	274,53	1,45	3,24	7,67	291,45	2,84	6,11	13,50
	3	809,99	3,74	13,53	20,00	277,18	0,96	4,23	6,25	299,53	2,77	9,05	13,15
	4	842,12	3,97	18,04	18,04	280,71	1,27	5,56	5,56	307,60	2,69	11,99	11,99
2012	1	878,79	4,35	4,35	17,38	285,25	1,62	1,62	5,41	316,02	2,74	2,74	11,51
	2	910,98	3,66	8,18	16,67	288,71	1,21	2,85	5,16	323,76	2,45	5,25	11,09
	3	946,61	3,91	12,41	16,87	293,00	1,49	4,38	5,71	331,60	2,42	7,80	10,71
	4	991,02	4,69	17,68	17,68	298,92	2,02	6,49	6,49	340,46	2,67	10,68	10,68
2013	1	1.037,18	4,66	4,66	18,02	305,38	2,16	2,16	7,06	348,97	2,50	2,50	10,43
	2	1.081,88	4,31	9,17	18,76	311,69	2,07	4,27	7,96	356,80	2,24	4,80	10,20
	3	1.126,83	4,15	13,70	19,04	317,48	1,86	6,21	8,35	365,00	2,30	7,21	10,07
	4	1.171,54	3,97	18,22	18,22	322,32	1,52	7,83	7,83	373,91	2,44	9,83	9,83
2014	1	1.214,21	3,64	3,64	17,07	326,12	1,18	1,18	6,79	383,12	2,46	2,46	9,79
	2	1.257,80	3,59	7,36	16,26	330,70	1,40	2,60	6,10	391,50	2,19	4,70	9,73
	3	1.299,91	3,35	10,96	15,36	334,38	1,11	3,74	5,32	400,25	2,23	7,04	9,66
	4	1.338,26	2,95	14,23	14,23	336,69	0,69	4,46	4,46	409,29	2,26	9,46	9,46
2015	1	1.379,80	3,10	3,10	13,64	339,41	0,81	0,81	4,07	418,68	2,29	2,29	9,28
	2	1.420,16	2,93	6,12	12,91	341,73	0,68	1,50	3,33	428,07	2,24	4,59	9,34

O IGMI-C é um índice de rentabilidade do mercado brasileiro de imóveis comerciais, cujo objetivo é retratar a evolução da valorização dos preços e dos rendimentos do segmento de imóveis comerciais em todo o Brasil.
Fonte: FGV

CUSTO DA CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

O Custo Unitário Básico (CUB) representa o custo por metro quadrado de construção residencial do projeto-padrão R8-N, calculado de acordo com NBR 12721/2006.

Período		Custo da construção residencial no Estado de São Paulo - Padrão R8-N											
		Global				Mão-de-obra				Material			
		Índice (Base Fev/ 07 = 100)	Variação (%)			Índice (base Fev/ 07 = 100)	Variação (%)			Índice (base Fev/ 07 = 100)	Variação (%)		
			No mês	No ano	Em 12 meses		No mês	No ano	Em 12 meses		No mês	No ano	Em 12 meses
2012	Mai	143,34	3,28	4,31	6,04	158,01	5,21	6,10	8,49	127,25	0,80	2,05	2,97
	Jun	145,82	1,73	6,11	6,54	162,44	2,81	9,07	9,49	127,45	0,16	2,21	2,60
	Jul	146,52	0,48	6,62	6,99	163,33	0,55	9,67	10,02	128,00	0,43	2,65	2,98
	Ago	146,72	0,14	6,77	7,06	163,33	0,00	9,67	10,02	128,43	0,34	3,00	3,26
	Set	146,83	0,07	6,85	7,00	163,26	-0,04	9,62	9,83	128,74	0,24	3,25	3,35
	Out	147,12	0,20	7,06	7,15	163,44	0,11	9,74	9,95	128,16	-0,45	2,78	2,75
	Nov	147,39	0,18	7,26	7,27	163,90	0,28	10,05	10,12	129,20	0,81	3,62	3,57
	Dez	147,44	0,03	7,29	7,29	163,90	0,00	10,05	10,05	129,31	0,09	3,71	3,71
2013	Jan	147,43	-0,01	-0,01	7,18	163,90	0,00	0,00	9,98	129,29	-0,02	-0,02	3,54
	Fev	147,42	0,00	-0,01	6,80	163,90	0,00	0,00	9,54	129,27	-0,02	-0,03	3,20
	Mar	147,77	0,24	0,23	6,63	164,36	0,28	0,28	9,44	129,52	0,19	0,16	2,94
	Abr	148,03	0,18	0,40	6,66	164,52	0,10	0,38	9,55	129,91	0,30	0,46	2,91
	Mai	154,60	4,44	4,86	7,86	176,53	7,30	7,71	11,72	130,39	0,37	0,84	2,47
	Jun	156,76	1,39	6,32	7,50	180,00	1,97	9,82	10,81	130,82	0,33	1,17	2,64
	Jul	157,25	0,32	6,66	7,33	180,72	0,40	10,26	10,65	131,11	0,22	1,39	2,43
	Ago	157,51	0,16	6,83	7,35	180,84	0,07	10,34	10,72	131,51	0,31	1,70	2,40
	Set	157,70	0,12	6,96	7,40	180,95	0,06	10,40	10,84	131,78	0,21	1,91	2,36
	Out	157,97	0,17	7,14	7,37	181,07	0,07	10,48	10,79	132,21	0,33	2,24	3,16
	Nov	158,12	0,09	7,24	7,28	181,07	0,00	10,48	10,48	132,53	0,24	2,49	2,58
	Dez	158,21	0,06	7,30	7,30	181,23	0,09	10,57	10,57	132,56	0,02	2,51	2,51
2014	Jan	158,28	0,05	0,05	7,36	181,28	0,03	0,03	10,60	132,61	0,04	0,04	2,57
	Fev	158,65	0,23	0,28	7,61	181,71	0,24	0,27	10,87	132,93	0,24	0,28	2,83
	Mar	158,77	0,08	0,36	7,44	181,91	0,11	0,38	10,68	132,97	0,03	0,31	2,67
	Abr	159,02	0,15	0,51	7,42	181,96	0,03	0,41	10,60	133,44	0,35	0,66	2,72
	Mai	161,74	1,71	2,23	4,62	185,90	2,16	2,58	5,31	134,74	0,97	1,64	3,33
	Jun	166,21	2,77	5,06	6,03	193,59	4,14	6,82	7,55	135,52	0,58	2,23	3,59
	Jul	167,19	0,59	5,68	6,32	194,79	0,62	7,48	7,79	136,30	0,57	2,82	3,96
	Ago	167,97	0,47	6,17	6,65	196,02	0,63	8,16	8,40	136,61	0,23	3,06	3,88
	Set	167,99	0,01	6,18	6,52	196,02	0,00	8,16	8,33	136,50	-0,08	2,98	3,58
	Out	168,19	0,12	6,31	6,48	196,43	0,21	8,39	8,48	136,39	-0,09	2,89	3,16
	Nov	168,23	0,02	6,34	6,40	196,43	0,00	8,39	8,48	136,46	0,05	2,94	2,97
	Dez	168,28	0,03	6,37	6,37	196,43	0,00	8,39	8,39	136,57	0,08	3,03	3,03
2015	Jan	168,83	0,33	0,33	6,66	197,31	0,45	0,45	8,84	136,71	0,10	0,10	3,09
	Fev	169,00	0,10	0,43	6,52	197,31	0,00	0,45	8,58	137,08	0,27	0,37	3,12
	Mar	169,10	0,06	0,48	6,50	197,67	0,18	0,63	8,66	137,28	0,15	0,52	3,24
	Abr	169,66	0,33	0,82	6,69	197,31	-0,18	0,45	8,43	138,48	0,88	1,40	3,78
	Mai	173,41	2,21	3,05	7,21	204,17	3,48	3,94	9,83	138,80	0,23	1,63	3,01
	Jun	175,52	1,22	4,30	5,60	208,16	1,95	5,97	7,53	138,91	0,08	1,71	2,50
	Jul	176,00	0,27	4,59	5,27	209,06	0,43	6,43	7,33	138,91	0,00	1,71	1,91
	Ago	175,94	-0,03	4,55	4,74	209,06	0,00	6,43	6,65	138,68	-0,17	1,54	1,51

(*) Valor referente ao último mês do período.
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV

PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO*

O CUB para obras sem desoneração registrou alta de 4,55% no ano até agosto. O custo dos materiais teve aumento de 1,54%, enquanto a mão de obra subiu 6,43% no mesmo período.

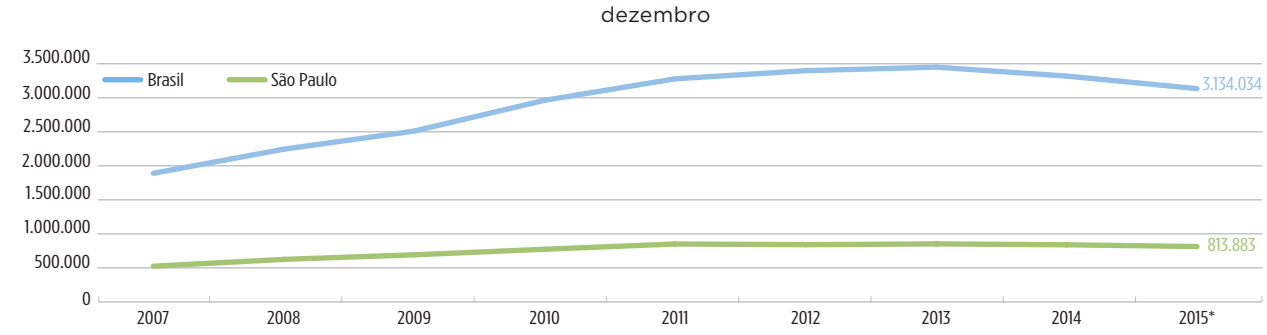
Agosto de 2015 – Ordem decrescente de variação percentual em 12 meses					
			Variação (%)		
Material (*)	Unidade	Preço	Mês	Ano	12 Meses
Bloco cerâmico p/ alv vedação 9x19x19cm	milheiro	474,95	0,00	7,04	8,75
IGP-M -Agosto/2015	Índice	588,04	0,28	5,34	7,55
Telha ondulada fibrocimento 6 mm	m^2	15,99	1,27	4,24	7,10
Tinta látex branca PVA	lata	169,18	0,46	4,79	6,18
Emulsão asfáltica c/elastômero p/imperm.	kg	7,25	0,00	4,47	5,07
Chapa compensado plastificado 18mm	m^2	30,13	0,00	4,40	4,62
Alimentação tipo marmitex nº 8	unidade	9,77	0,00	2,73	4,49
Vidro liso transparente 4 mm c/ massa	m^2	55,54	0,00	4,10	3,70
Bloco de concreto 19x19x39cm	unidade	1,97	0,00	3,14	3,14
Registro de pressão cromado Ø=1,27cm	unidade	60,65	0,30	3,11	3,02
Areia média lavada	m^3	67,78	0,19	2,28	2,74
Janela de correr 2 folhas 1,2x1,2 m	m^2	265,46	1,59	2,75	2,59
Tubo PVC-R rígido p/ esgoto Ø 150 mm	m	23,69	0,00	2,02	2,51
Cimento CPE-32 saco 50kg	saco	20,96	-0,10	1,85	2,49
Tubo de ferro galv. c/ costura Ø 2 1/2"	m	43,46	0,00	0,56	2,40
Placa de gesso p/ forro s/ colocação	m^2	10,65	0,00	2,01	2,01
Porta lisa p/ pintura 3,5x70x210cm	unidade	89,32	-0,13	1,12	1,91
Esquadrias correr 4 folhas al. 2,0x1,4m	m^2	308,37	0,22	1,45	1,63
CUB- Materiais	R$/$m^2$	453,12	-0,17	1,54	1,51
Disjuntor tripolar 70 A	unidade	63,38	0,49	1,31	1,49
Placa cerâmica (azulejo) 15x15cm 1ª linha PEI II	m^2	16,56	0,00	0,67	1,10
Bancada de pia de mármore 2x0,6x0,02cm	unidade	284,43	0,00	0,56	0,97
Fechadura, tráfego moderado acab. cromo	unidade	40,25	0,55	0,88	0,88
Fio cobre antichama isol. 750 V 2,5 mm^2	rolo	71,68	-0,42	0,60	0,83
Bacia sanit. branca c/ cx. acoplada 6 L	unidade	169,98	-0,09	0,30	0,79
Brita 2	m^3	73,29	-0,56	0,25	0,70
Locação de betoneira elétrica 320 l	R$/mês	197,20	0,00	0,19	0,58
Concreto FCK=25 MPa	m^3	248,94	-0,17	-0,51	-0,22
Aço CA-50 Ø 10 mm	kg	3,53	-1,40	-1,67	-3,29

(*) Preços médios informados pelas construtoras
Fonte: Secon/SindusCon-SP

EMPREGO DA CONSTRUÇÃO NOS ESTADOS

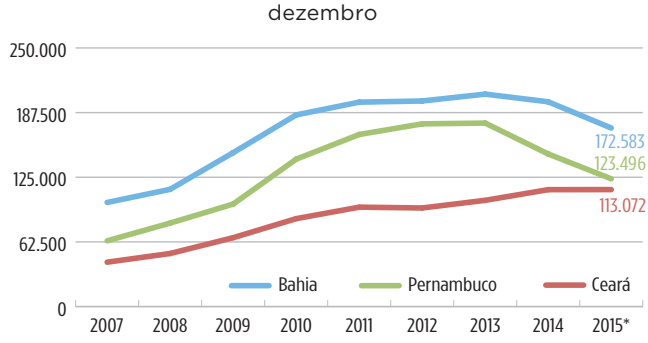
Em julho de 2015 o setor da construção empregava 3,13 milhões de pessoas. No acumulado do ano até julho, o estado do Ceará foi o único a registrar crescimento no nível de emprego no setor em relação ao mesmo mês do ano anterior.

EMPREGO NA CONSTRUÇÃO CIVIL



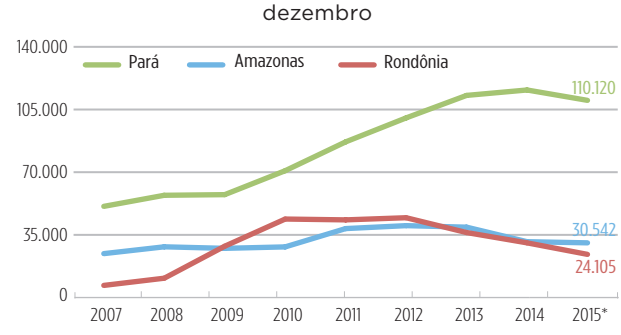
Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE *dados ref. a julho

ESTADOS QUE MAIS EMPREGAM NA REGIÃO NORDESTE



Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE *dados ref. a julho

ESTADOS QUE MAIS EMPREGAM NA REGIÃO NORTE



Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE *dados ref. a julho

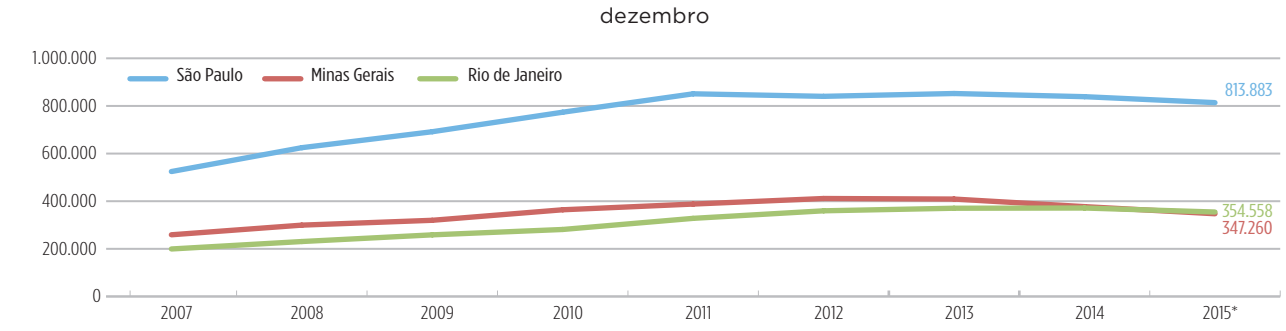
Período		Região Norte							Região Nordeste								
		Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernam-buco	Alagoas	Sergipe	Bahia
2014	Abr	35.829	8.161	35.625	4.024	115.090	8.869	14.505	60.255	40.506	109.814	53.715	53.778	173.628	37.264	36.205	207.821
	Mai	37.180	8.283	34.924	4.003	120.219	8.602	15.483	60.326	40.804	111.133	52.843	54.478	169.689	36.354	36.306	207.022
	Jun	37.232	8.469	34.560	4.099	125.795	8.532	16.153	61.174	40.418	110.269	51.645	54.617	167.453	35.881	36.213	203.778
	Jul	37.202	8.833	33.829	4.022	130.637	8.730	16.806	63.900	40.493	111.219	50.510	54.828	164.638	35.817	35.939	205.187
	Ago	36.540	8.853	33.638	4.184	131.796	8.703	17.270	65.768	40.192	113.662	49.883	54.705	163.809	35.981	35.882	207.323
	Set	34.906	8.714	33.940	4.127	134.035	8.601	17.172	67.230	39.034	115.956	51.194	55.035	163.561	36.199	35.507	209.587
	Out	33.752	8.401	33.402	3.986	131.047	8.568	16.580	64.288	40.049	116.478	50.953	54.595	159.842	36.638	35.193	204.605
	Nov	32.552	7.822	32.569	3.678	126.814	8.420	15.669	61.246	39.474	117.368	49.895	53.809	153.167	36.239	34.799	208.006
	Dez	30.541	7.153	31.190	3.529	115.908	7.658	14.199	57.195	38.856	113.006	47.940	52.548	147.481	35.149	33.621	197.939
2015	Jan	29.921	6.799	30.952	3.483	114.093	7.314	14.057	55.677	38.340	111.898	47.868	52.209	142.793	34.729	33.629	195.304
	Fev	27.393	6.609	30.737	3.439	112.705	7.023	14.085	53.983	37.941	112.488	47.126	51.247	139.480	34.527	33.334	191.199
	Mar	27.158	6.384	30.624	3.400	111.678	6.706	13.936	52.964	37.306	111.654	46.670	50.618	136.889	34.557	33.284	189.024
	Abr	26.138	6.377	30.000	3.283	109.298	6.512	13.580	51.628	36.410	111.028	46.150	49.528	132.388	34.683	33.021	185.971
	Mai	25.638	6.313	29.859	3.055	109.156	6.224	13.739	52.983	35.461	111.530	45.315	48.572	129.213	34.187	32.754	181.030
	Jun	24.570	6.394	30.374	2.774	108.043	6.240	13.797	55.011	34.450	112.537	44.311	47.509	126.873	33.412	32.536	175.977
	Jul	24.105	6.387	30.542	2.607	110.120	6.309	13.565	56.548	33.622	113.072	43.692	46.315	123.496	33.524	32.558	172.583

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

EMPREGO DA CONSTRUÇÃO NOS ESTADOS

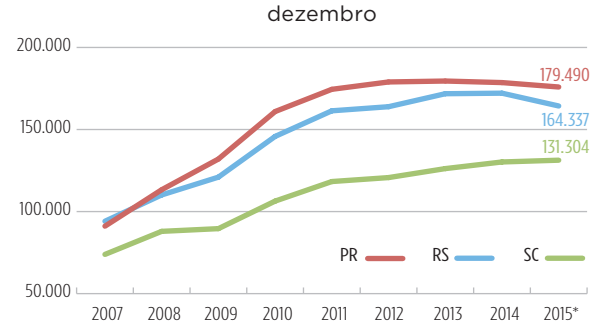
A região Sudeste, que compreende 50,21% do total de empregados com carteira na construção, apresentou redução de 10,1% na comparação de julho de 2015 contra julho de 2014. A região Nordeste teve queda de 14,1% na mesma comparação.

ESTADOS QUE MAIS EMPREGAM NA REGIÃO SUDESTE



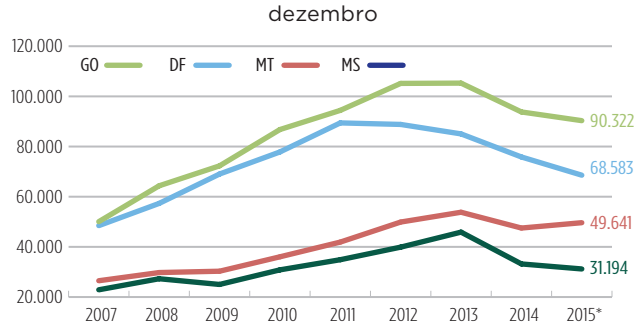
Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE *dados ref. a julho

EMPREGO NA REGIÃO SUL



Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE *dados ref. a julho

EMPREGO NA REGIÃO CENTRO-OESTE



Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE *dados ref. a julho

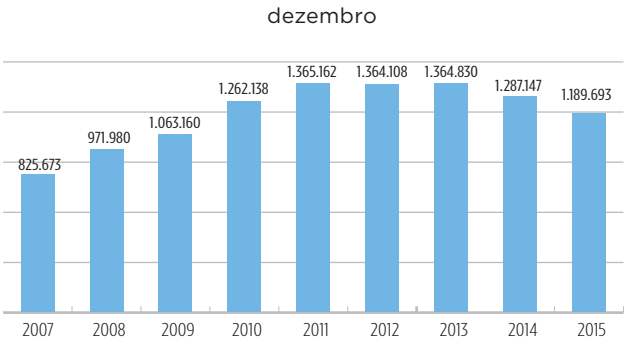
Período		Região Sudeste				Região Sul			Região Centro-Oeste			
		Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
2014	Abr	409.598	71.972	384.198	898.008	185.503	135.471	182.705	40.731	56.452	105.203	90.990
	Mai	411.237	71.367	384.891	891.703	189.224	135.997	181.614	39.964	57.173	107.620	89.361
	Jun	410.357	71.344	383.768	886.578	188.365	136.089	180.261	39.561	57.313	108.607	86.684
	Jul	410.716	70.857	381.551	886.872	188.556	136.618	179.270	39.889	57.542	108.633	85.100
	Ago	409.941	71.114	382.644	884.037	188.666	137.480	178.276	40.746	57.285	108.695	84.072
	Set	411.417	71.560	383.267	883.802	189.858	137.455	179.333	40.692	56.621	108.908	83.449
	Out	409.920	70.302	381.412	876.535	187.967	136.741	178.460	38.150	56.172	107.279	81.373
	Nov	399.764	69.344	377.685	867.523	186.319	135.559	177.953	36.215	53.678	103.030	79.127
	Dez	377.233	65.986	371.376	838.899	178.593	130.221	172.135	33.196	47.508	93.791	75.843
2015	Jan	378.882	66.115	362.984	844.528	181.012	133.122	172.534	32.320	47.283	94.568	74.883
	Fev	378.059	63.956	358.431	839.250	180.740	133.316	171.665	32.054	47.625	94.225	73.698
	Mar	373.026	63.227	357.048	837.792	180.054	133.858	171.148	31.685	47.707	92.255	73.291
	Abr	366.994	62.462	355.704	837.169	179.117	134.285	171.467	31.661	48.520	92.067	73.065
	Mai	359.425	60.232	356.412	826.875	179.490	133.248	168.720	31.734	48.732	90.457	71.382
	Jun	352.336	59.235	357.202	819.853	177.458	132.492	166.104	31.312	49.539	91.382	69.734
	Jul	347.260	58.006	354.558	813.883	175.901	131.304	164.337	31.194	49.641	90.322	68.583

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

EMPREGO DA CONSTRUÇÃO BRASILEIRA POR SEGMENTO

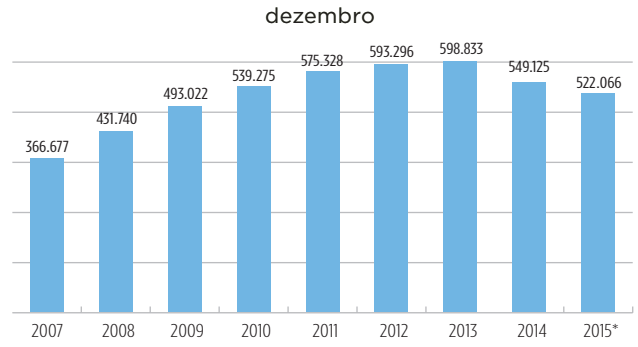
O segmento de Edificações, que representa 38% do emprego no setor da Construção, registrava retração de 14,1% em julho de 2015 em relação a julho de 2014. A maior variação aconteceu no segmento de Infraestrutura, que em julho de 2015 empregava 15,2% menos empregados do que em julho de 2014.

EMPREGO NO BRASIL - EDIFICAÇÕES



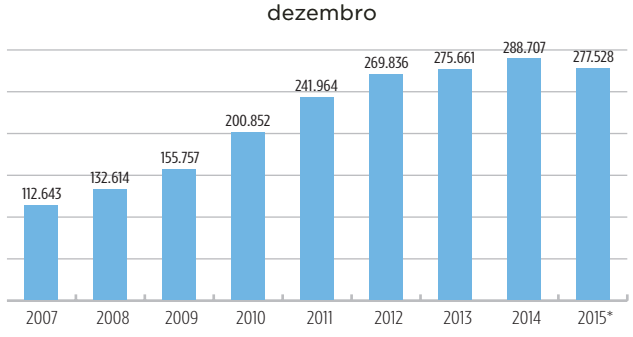
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a julho

EMPREGO NO BRASIL - INFRAESTRUTURA



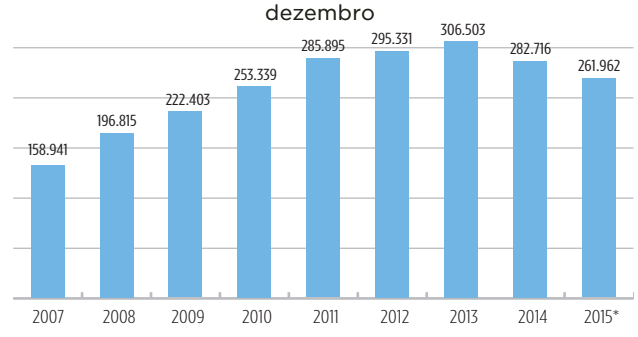
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a julho

EMPREGO NO BRASIL - INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS



Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a julho

EMPREGO NO BRASIL - ENGENHARIA E ARQUITETURA



Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a julho

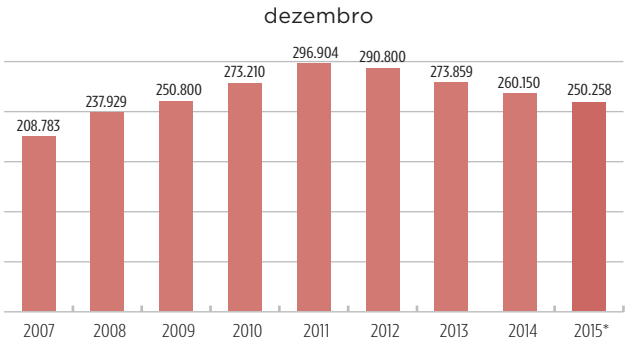
Período		Obras						Serviços				Total
		Preparação de terreno	Edificações	Infra-Estrutura	Obras de instalação	Obras de acabamento	Total	Incorporação de imóveis	Engenharia e Arquitetura	Outros serviços	Total	
2014	Mar	142.408	1.395.322	605.134	445.569	183.990	2.772.423	298.229	299.205	181.016	778.450	3.550.873
	Abr	143.498	1.394.711	610.147	441.501	185.329	2.775.186	299.227	298.937	182.570	780.734	3.555.920
	Mai	145.111	1.391.577	615.973	438.816	185.981	2.777.458	299.573	297.779	182.990	780.342	3.557.800
	Jun	145.115	1.383.236	615.552	436.109	185.826	2.765.838	299.691	297.477	182.209	779.377	3.545.215
	Jul	146.530	1.384.331	615.965	435.458	186.171	2.768.455	299.430	297.704	182.605	779.739	3.548.194
	Ago	147.471	1.384.690	615.217	435.468	186.533	2.769.379	299.874	297.972	183.920	781.766	3.551.145
	Set	148.857	1.385.795	616.416	438.622	187.283	2.776.973	300.828	298.596	184.763	784.187	3.561.160
	Out	147.960	1.371.750	603.480	433.479	187.271	2.743.940	298.334	296.174	184.240	778.748	3.522.688
	Nov	144.872	1.350.171	585.728	431.012	185.705	2.697.488	297.405	291.033	181.798	770.236	3.467.724
	Dez	137.937	1.287.147	549.125	417.909	179.651	2.571.769	288.707	282.716	175.502	746.925	3.318.694
2015	Jan	136.212	1.286.563	538.332	415.870	182.943	2.559.920	288.992	280.763	177.622	747.377	3.307.297
	Fev	133.940	1.275.507	531.597	411.841	182.275	2.535.160	288.000	276.616	176.559	741.175	3.276.335
	Mar	132.946	1.261.930	526.409	413.231	182.259	2.516.775	287.551	272.878	176.739	737.168	3.253.943
	Abr	132.317	1.248.395	522.826	408.241	181.934	2.493.713	287.000	271.040	176.753	734.793	3.228.506
	Mai	132.032	1.227.490	521.670	403.486	180.310	2.464.988	284.503	266.562	175.683	726.748	3.191.736
	Jun	132.225	1.207.595	521.150	402.033	178.451	2.441.454	281.460	263.455	175.086	720.001	3.161.455
	Jul	130.966	1.189.693	522.066	402.089	176.850	2.421.664	277.528	261.962	172.880	712.370	3.134.034

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

EMPREGO DA CONSTRUÇÃO PAULISTA POR SEGMENTO

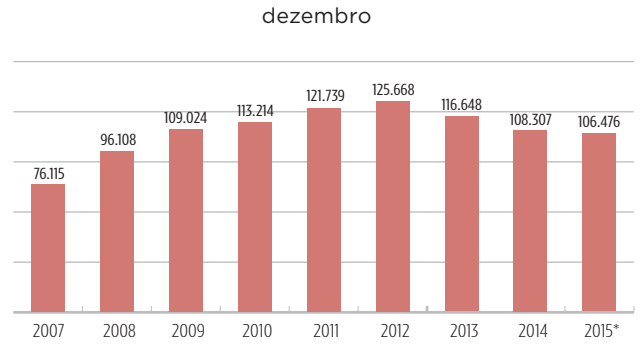
No Estado de São Paulo, o emprego na construção diminuiu 8,2% em julho na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No período, o segmento de Edificações teve queda de 10,7% e o de infraestrutura de 9,8%.

EMPREGO EM SÃO PAULO - EDIFICAÇÕES



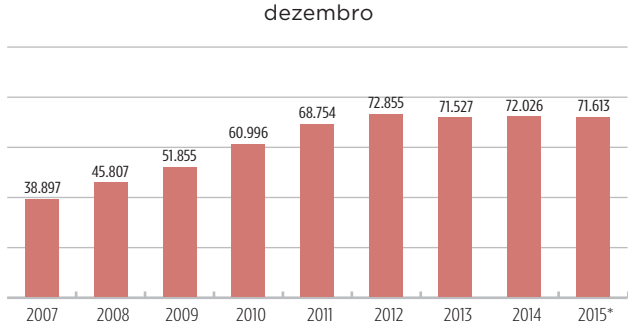
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a julho

EMPREGO EM SÃO PAULO - INFRAESTRUTURA



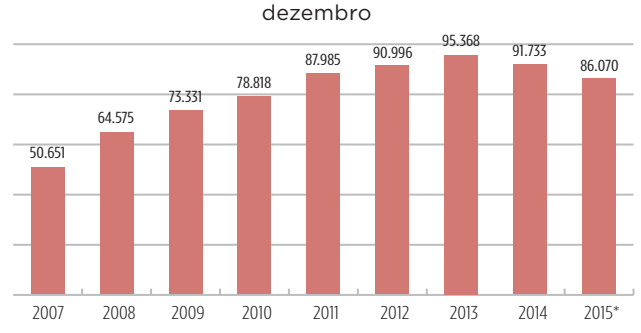
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a julho

EMPREGO EM SÃO PAULO - INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS



Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a julho

EMPREGO EM SÃO PAULO - ENGENHARIA E ARQUITETURA



Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a julho

Período		Obras						Serviços				Total
		Preparação de terreno	Edificações	Infraes-trutura	Obras de instalação	Obras de acabamento	Total	Incorporação de imóveis	Engenharia e Arquitetura	Outros serviços	Total	
2014	Mar	40.843	284.023	119.375	147.674	77.637	669.552	72.847	95.180	57.179	225.206	894.758
	Abr	41.100	285.302	119.298	147.448	78.579	671.727	73.501	95.083	57.697	226.281	898.008
	Mai	40.833	282.189	118.930	145.671	78.578	666.201	73.663	94.224	57.615	225.502	891.703
	Jun	40.283	279.992	118.784	143.769	78.140	660.968	73.682	94.601	57.327	225.610	886.578
	Jul	40.228	280.108	118.058	144.467	78.427	661.288	73.521	94.617	57.446	225.584	886.872
	Ago	40.034	278.341	117.858	143.615	77.898	657.746	73.694	94.937	57.660	226.291	884.037
	Set	39.866	277.407	117.067	144.288	78.338	656.966	73.978	95.270	57.588	226.836	883.802
	Out	39.843	274.533	115.660	142.434	78.583	651.053	73.523	94.479	57.480	225.482	876.535
	Nov	39.239	270.807	114.406	142.102	77.686	644.240	73.121	93.490	56.672	223.283	867.523
	Dez	38.090	260.150	108.307	138.071	75.275	619.893	72.026	91.733	55.247	219.006	838.899
2015	Jan	38.096	262.310	107.728	139.342	76.988	624.464	72.139	91.084	56.841	220.064	844.528
	Fev	37.916	260.315	106.619	139.170	76.592	620.612	72.105	89.874	56.659	218.638	839.250
	Mar	37.801	259.197	106.845	139.185	76.086	619.114	72.278	89.501	56.899	218.678	837.792
	Abr	37.970	260.414	106.595	136.455	76.411	617.845	72.664	88.992	57.668	219.324	837.169
	Mai	37.534	257.506	106.701	132.561	74.930	609.232	72.355	87.776	57.512	217.643	826.875
	Jun	37.246	254.351	106.642	131.567	74.402	604.208	71.998	86.576	57.071	215.645	819.853
	Jul	36.828	250.258	106.476	132.648	73.390	599.600	71.613	86.070	56.600	214.283	813.883

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

FGV IBRE

Pesquisas, Estudos e Indicadores para suporte às decisões táticas e estratégicas do seu negócio.

O Instituto Brasileiro de Economia é a unidade da Fundação Getúlio Vargas que analisa e pesquisa a economia, impulsionando e estimulando o desenvolvimento de negócios públicos e privados de todo o país. A instituição customiza serviços conforme a necessidade de cada cliente e disponibiliza consulta sistemática online da sua produção estatística na forma de banco de dados.

SERVIÇOS CUSTOMIZADOS

- **Preços de Referência** - suporte às áreas de compras na definição de critérios de fixação de preços de referência;
- **Índices de Preços Customizados** suporte aos reajustes de contratos;
- **Projeções** - de variações de preços permitindo viabilizar estratégias relacionadas à dinâmica do mercado;
- **Formulas Paramétricas** - suporte à construção de indicadores da evolução de custos em função do comportamento dos preços de insumos;
- **Estudos Especiais -** Construção de cenários para planejamentos estratégicos e orçamentos.

SERVIÇOS LICENCIADOS

- **FGV Dados** - FGV Dados: banco de dados online que disponibiliza o Índice Geral de Preços (IGP) bem como sua composição;
- **Monitor da Inflação** - um aliado na análise e previsão dos índices oficiais da inflação;
- **Sondagens Econômicas** - da Indústria; do Comércio; da Construção; de Serviços e do Consumidor;
- **Setorial Automobilístico** - direcionado para o acompanhamento da dinâmica de preços relacionados à cadeia produtiva específica deste setor.



Fale Conosco: ibre@fgv.br | 3799-6799 | www.fgv.br/ibre



8º SEMINÁRIO LEGALIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

10 e 11/novembro, das 9h às 18h

Caesar Business Faria Lima

Rua das Olimpíadas, 205, Vila Olímpia, São Paulo-SP

Temas:

- **Aplicação do Novo Plano Diretor Estratégico**
- **Conceitos da Minuta do Novo Código de Obras e Edificações**

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

www.sindusconsp.com.br/legalizacao

REALIZAÇÃO

SindusCon SP
O Sindicato da Construção
Desde 1934

PREFEITURA DE SÃO PAULO
LICENCIAMENTO

www.sindusconsp.com.br

AMANCO FIRE.
AGORA A SEGURANÇA É REFORÇADA.

- Solução segura em CPVC para prevenção e combate a incêndio;
- Autoextinguível: não propaga chamas;
- Leve: facilita o transporte e armazenamento;
- Menor tempo de execução da obra em relação aos sistemas tradicionais;
- Fácil instalação, com adesivo plástico e sem ferramentas especiais.

BlazeMaster®
FIRE SPRINKLER SYSTEMS







A MARCA DA INOVAÇÃO

AMANCO

www.amanco.com.br /AmancoBR /amancobrasil /amancobr